


EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL DA CODEVASF – SR. AURIVALTER CORDEIRO, DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF, NO MUNICÍPIO DE PETROLINA/PE.

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª./SR
DOC. Nº 26312018
Recebido em 05/06/18
As 13:30 Hs
Rúbrica: 

*Processo Licitatório – Edital nº 34/2017 (Concorrência)
Referente ao Processo nº 59500.001364/2017-75*

SEVERINO BEZERRA DE LACERDA, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG sob o nº 2000020, expedido pelo SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 328.383.104-10, residente e domiciliado na Av. Cardoso de Sá, nº 700, quadra 5, lote 7, Bairro Centro, Petrolina-PE, CEP nº 56.302-110, inconformado com sua inabilitação no referido processo licitatório em epígrafe, vem, perante a V. Exa., por meio de seus advogados ora constituídos (procuração anexa), com fundamento no art. 5º, LV da Constituição Federal e sob a égide das determinações contidas na Lei nº 8.666/1993, mais precisamente o art. 109, I, alínea "a" e seguintes, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão proferida pela ilustre Comissão Técnica de Julgamento que a julgou inabilitada no presente certame, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos a seguir:

I. DA TEMPESTIVIDADE –

O presente Recurso Administrativo é plenamente tempestivo, uma vez que o Recorrente tomou ciência da decisão que o inabilitou na mesma data em que foi aberto o prazo para recorrer, ou seja, na data 24.05.2018, assim disposto no *site* da própria Codevasf.

O art. 109, I, "a" da Lei nº 8.666/93 aduz que há o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor Recurso Administrativo sobre o ato praticado pela Administração, a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata.

São as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo se dá na data 01.06.2018, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Técnica de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

II. DO EFEITO SUSPENSIVO –

Requer a Recorrente, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo à inabilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

[...]

§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

[...]

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

III. DA SITUAÇÃO FÁTICA –

O Recorrente, tempestivamente, entregou os documentos, entretanto não foi declarado habilitado no referido processo licitatório – Edital nº 34/2017, sob o argumento de que a caução recolhida pelo recorrente tinha o valor inferior em R\$ 10,00 (dez reais) ao previsto no edital, assim disposto na fl. 4.406 do processo, segundo o qual estaria ferindo o disposto no item 4.2.1., alínea ‘e’, subitem ‘e-1’, *in verbis*:

4.2.1. Quando se tratar de **pessoa física e coligados**:

e) Comprovante de recolhimento da quantia **correspondente a 5% (cinco por cento)** do valor mínimo da(s) unidade(s) pretendida(s), a título de caução a ser calculada considerando o valor mínimo do hectare especificado no subitem 2.2 deste Edital, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, cuja cópia do recibo deverá integrar o conteúdo do invólucro n.º 01 – “Documentação de Habilitação”, nas seguintes modalidades: **(grifo nosso)**

e-1) **Depósito em conta** remunerada e em espécie, a ser efetuado na agência da Caixa Econômica Federal, definida pelo proponente, em favor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – 3ª Superintendência Regional, CNPJ nº 00.399.857/0004-79, localizada à Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro, CEP 56.304-230, Município de Petrolina/PE, que poderá ser movimentada somente por ordem da estatal. **(grifo nosso)**

[...]

Todavia, nobres Julgadores, para atender à exigência editalícia o Recorrente realizou um depósito em conta remunerada e em espécie, efetuado na agência da Caixa Econômica Federal, em favor da CODEVASF, em acordo com o Edital do mencionado processo licitatório, conforme comprovante anexado junto a documentação entregue pelo recorrente para habilitação no processo licitatório, com importância no valor de R\$ 48.368,41 (quarenta e oito mil trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos). Em que pese haver diferença de APENAS R\$ 10,00 (dez reais) entre os valores, a garantia foi efetivamente prestada nessa licitação cujo objeto orçado pela Comissão Licitatória em R\$ 48.378,41 (quarenta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e quarenta e um centavos).

Nos termos do item 4.2.1. alínea 'e', subitem 'e-1', é permitida a modalidade depósito em conta, tal qual prestada.

Assim, *in casu*, não há motivos capazes de justificar a inabilitação do REQUERENTE, alijando-o do certame concorrência pública em questão. Por essa razão, interpõe o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, no pedido de ver reformada a decisão que o julgou "inabilitado" e, via de consequência, declarar a sua habilitação para prosseguir no feito.

IV. DAS RAZÕES DE MÉRITO –

A priori, chamamos a atenção dos senhores julgadores para uma relevante questão de fato, qual seja, que a exigência contida subitem 4.2.1., alínea 'e' do Edital foi efetivamente atendida em todo o seu alcance. É o que demonstramos.

O subitem 4.2.1. exige, como anteriormente citado, a prestação de uma caução, regre que decorre do disposto no artigo 31, inciso III da Lei 8.666/93:

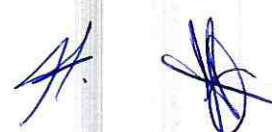
Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

Essa exigência tem o intuito de demonstrar um mínimo de capacidade econômico-financeira do licitante concorrente para efeito de participação no certame, ademais, a consistência das propostas.

O RECORRENTE hora em questão apresentou tal garantia na modalidade depósito em conta, demonstrando assim, sem dúvidas, sua capacidade econômico-financeira para efeito de participação no certame.

No que tange a irrisória diferença no valor da garantia apresentada e aquele constante no Edital, é fato que houve, efetivamente prestação de caução no valor de R\$



48.368,41 (quarenta e oito mil trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos) valor este suficiente ao atendimento da finalidade da exigência. **E a prestação dessa garantia impede/torna descabida a Comissão de Licitação de inabilitar o RECORRENTE desta licitação.**

Absolutamente descabido o argumento de descumprimento da literalidade do Edital, pois, a diferença de R\$ 10,00 (dez reais) é irrelevante no presente caso diante do montante depositado e não tem a menor potencialidade para invalidar a garantia prestada, e a comprovação econômica-financeira do recorrente, tampouco retirar-lhe o efeito atingido. Entendimento diverso levaria a conclusão absurda de que somente estaria "segurada" se o RECORRENTE tivesse garantido R\$ 10,00 (dez reais) a mais no valor que efetivamente garantiu. Não faz o menor sentido tal conclusão ao tempo em que estampa a INSIGNIFICANCIA NA DIFERENÇA DE VALORES.

Ademais, o recorrente demonstrou de maneira indene de dúvidas, sua higidez econômica pela declaração de bens e rendimentos juntado aos documentos comprobatórios para habilitação no certame, demonstrando seu total suporte financeiro para concorrer na licitação. Assim é de reconhecer que a **diferença de valores** da garantia apresentada e aquele constante no Edital não é nada mais que uma mera irregularidade, algo insignificante, que de fato não traz maiores consequências para o objetivo do certame e da Comissão, tampouco traz prejuízo para a Administração Pública.

Diante do exposto, merece reforma, portanto, a decisão de inabilitação do requerente pelos fundamentos expostos. É o que se requer desde já.

Vale salientar, que não são raros os casos em que um julgamento objetivo, porém, com apego literal ao texto do ato convocatório, se excluem licitantes que potencialmente representariam a contratação mais vantajosa para a Administração. Contudo, essa postura da Administração não coaduna com a Lei, como é entendimento dos Tribunais, como STJ e o TCU.

Destaca-se que **o procedimento encontra-se em fase de habilitação, fase essa de natureza classificatória e não eliminatória.** A administração deve prestigiar sempre o princípio da competitividade, assegurando-se que a disputa se dê dentre os interessados capazes para execução do objeto, assim avaliados por requisitos formais. E, *data máxima respecta*, de toda documentação apresentada pelo recorrente, não houveram demais motivos, que desse margem a dúvidas sobre sua capacidade para execução do objeto, principalmente do que diz respeito à sua capacidade econômico-financeira, que se pretende assegurar com a exigência arguida.



Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o princípio da isonomia imporia tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia até mesmo cogitar-se a correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes.

A casuística foi levada a crivo dos Tribunais, e conforme se verifica, deve prevalecer decisão que prestigia a habilitação do licitante interessando quando diante de mera irregularidade:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO DE LICITANTE POR INSUFICIÊNCIA DO DEPÓSITO GARANTIA. DIFERENÇA IRRISÓRIA. NÃO OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. 1. A vinculação à Lei de Regência e ao Edital de licitação não justifica o excesso rigor, admitindo-se, inclusive, a correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes, já que o objetivo maior do procedimento licitatório é o alcance do interesse público. 2. **A inabilitação sumária da empresa licitante em razão da insuficiência de depósito garantia, quando essa diferença perfaz a irrisória quantia de R\$ 7,00 (sete reais) atenta contra os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.** 3. Remessa Necessária conhecida e desprovida. Sentença Mantida (TJCE: AC 2003.0011.3547.-9/1; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes; DJCE 24/03/2009; Pág. 34). **(grifo nosso)**

No caso em questão, verificamos uma distorção na decisão administrativa de inabilitação, um prestígio ao rigorismo formal desarrazoado sob a falsa ideia de se estar cumprindo a lei e Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. Verifica-se violação ao interesse público primário e ao direito do RECORRENTE hora em caso. Nesse sentido, já se manifestaram os Tribunais, em especial, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, pelo repúdio ao formalismo exacerbado:

a) **1º Seção: MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ:**

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e

desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida

b) 4º Câmara Cível do TJ-ES: Agravo de Instrumento (AG) nº 14119000793, rel. Desembargador MAURÍLIO ALMEIDA DE ABREU:

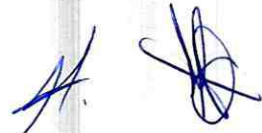
AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO DO MANDAMUS - REJEITADA - MÉRITO - LICITAÇÃO - MENOR PREÇO - INABILITAÇÃO DO RECORRIDO VENCEDOR - EXCESSO DE FORMALISMO - MALFERIMENTO À ADMINISTRAÇÃO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - A impetração do mandamus e a concessão da liminar, deram-se ainda dentro do prazo recursal, ou seja, não poderia a autoridade coatora ter considerado encerrado o certame. Preliminar rejeitada. **II - A inabilitação do recorrido, ao menos numa análise superficial, mostrou-se desarrazoada, medida esta empregada pela municipalidade por apego excessivo ao formalismo, ocasionando, possível malferimento a própria administração, razão pela qual, o entendimento do Magistrado de piso revela-se escorreito.** III - Recurso a que se nega provimento. *(grifo nosso)*

c) 4ª Câmara Cível do TJ-MG: Apelação Cível (AC) nº 5874442-89.2009.8.13.0024; rel. Desembargador ALMEIDA MELO:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. Em mandado de segurança, verificado que a documentação apresentada atendeu às exigências e ao objetivo do instrumento convocatório, afasta-se o ato administrativo que inabilitou a Impetrante no procedimento licitatório. **A interpretação dos termos do edital de licitação não pode determinar a prática de atos que contrariem a finalidade do procedimento, restrinjam o número de concorrentes e prejudiquem a escolha da melhor proposta.** Recurso não provido. *(grifo nosso)*

A Administração está constrangida em adotar a alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e de seus fins. O Princípio da Proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao Estado adotar a medida menos danosa possível através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger.

Uma medida de tamanha gravidade como a eliminação sumária do RECORRENTE da licitação, devido a insuficiência de depósito garantia, na quantia IRRISÓRIA de R\$ 10,00 (dez reais), demonstra-se exacerbada e inadequada.



Assim, a de se destacar que o Tribunal de Contas da União – TCU, em casos análogos, tem decidido de forma claramente favorável ao presente RECORRENTE pelos mesmos argumentos expostos do presente recurso:

POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CERTAME LICITATÓRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA DOS ARGUMENTOS DA REPRESENTANTE EM FACE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA ENTIDADE E DEMAIS LICITANTES. NÃO-COMPROVAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA A CONCESSÃO DA CAUTELAR. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO. (...) **4. Com efeito, os documentos coligidos aos autos e as razões apresentadas pelo Dnit e pelos demais licitantes, referentes à condução da fase de habilitação da Concorrência nº 135/2006, permitem concluir pela ausência de dolo ou má-fé e pela inexistência de irregularidade a macular o procedimento licitatório.** 5. De fato, foram identificados apenas erros de ordem formal, sem maiores consequências para o objetivo do certame e para a Administração. **Nesse sentir, entendo que desclassificar licitantes por conta de erro material na apresentação da proposta e da documentação exigida constituiria excesso de rigor, além de ferir os princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade. De modo contrário, estaria a Comissão de Licitação alijando de participar do certame empresa que poderia ofertar a proposta mais vantajosa.** 6. Também não vislumbro quebra de isonomia no certame tampouco inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Como já destacado no parecer transcrito no relatório precedente, o edital não constitui um fim em si mesmo, mas um instrumento que objetiva assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de participação dos interessados. 7. Sem embargo, as normas disciplinadoras da licitação devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. 8. Com essas considerações, perfilhando do entendimento esposado pela Unidade Técnica, julgo improcedente a Representação e entendo descaracterizados o **periculum in mora** e **fumus boni iuris**, pressupostos básicos para a adoção da medida prevista no art. 276, **caput**, do RI/TCU, requerida pela empresa Cetest, razões pelas quais deve ser negado o pedido de cautelar, bem assim arquivados os presentes autos. Ante o exposto, Voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

Assim, pugna-se pela reforma da decisão administrativa que julgou inabilitado o RECORRENTE, reforma esta que a Ilustre Comissão de Licitação está autorizada a proceder, no cumprimento do seu Poder de Autotutela Administrativa, podendo rever os seus atos praticados a qualquer tempo, conforme previsão legal da Súmula 473 do STF. E assim procedendo a Comissão de Licitação estará conformando com seu julgamento ao entendimento do Tribunal de Contas da União e, inclusive, com o entendimento uniforme dos Supremos Tribunais de Justiça.

V. DOS PEDIDOS –

Diante do exposto, pede e espera o REQUERENTE:

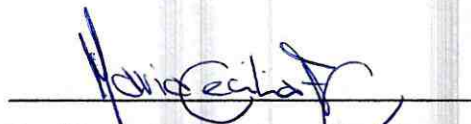
- a) Que seja recebido e processado o presente RECURSO ADMINISTRATIVO;
- b) Seja atribuído o efeito suspensivo ao presente, nos termos do artigo 109, parágrafo 2º da Lei 8.666/93;
- c) **Seja julgado PROCEDENTE ESTE RECURSO ADMINISTRATIVO, reconsiderando e reformando-se a decisão administrativa que julgou inabilitada o REQUERENTE, para julgar habilitado ao prosseguimento do certame ou lhe oportunizando o saneamento da deficiência e, ato contínuo, vencendo as fases processuais subsequentes, proporcionar-lhe a adjudicação do objeto da licitação.**
- d) Conforme disposto ao art. 109, §4º da Lei nº 8.666/93, que seja julgado sob o prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderando tal decisão ou encaminhando à autoridade superior competente, devidamente informado, para o julgamento do mesmo.

Nestes termos, pede e espera, respeitosamente, deferimento.

Petrolina-PE, 29 de Maio de 2018.



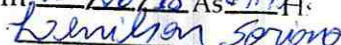
Bel. Marcelo Keisuke Minoda
OAB/PE nº 43.358



Bela. Maria Cecília Ferreira da Costa
OAB/PE nº 42.511

Recebido pela 3ª GB

Em: 01/06/18 Às 14:45 Hs.


Assinatura

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: SEVERINO BEZERRA DE LACERDA, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF sob nº 328.383.104-10 e portador de Registro de Identidade nº 2000020 – SSP PE, residente e domiciliado Av. Cardoso de Sá, nº 700, quadra 5, lote 7, Bairro Centro, Petrolina-PE, CEP nº 56.302-110.

OUTORGADO: bel. MARCELO KEISUKE MINODA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 43.358, com endereço de *e-mail*: marcelo_minoda@hotmail.com e marcelominoda_adv@hotmail.com e telefone celular nº (87) 9 9916-0661, bela. MARIA CECILIA FERREIRA DA COSTA ANDRADE, brasileira, advogada, inscrito na OAB/PE nº 42.511, *e-mail*: mariaceciliafcadv@gmail.com, telefone celular nº (87) 9 9908-4420, ambos com endereço profissional na Av. Fernando Góes, nº 888-A, bairro Centro, na cidade de Petrolina-PE, CEP nº 56.304-020.

PODERES: Os da cláusula ad *juditia*, para o foro em geral, outorgando-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitações, receber pagamentos em dinheiro, cheque ou de qualquer outra forma, levantar depósito judicial, depósito recursal, requerer a assistência judiciária gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, praticar todos os atos perante repartições públicas, federais, estaduais e municipais e, órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, **especialmente** para propor e acompanhar **Recurso Administrativo** perante a Comissão Licitatória do Processo Licitatório – Edital nº 34/2017, modalidade concorrência, referente ao Processo nº 59500.001364/2017-75.

Petrolina/PE, 29 de Maio de 2018.



SEVERINO BEZERRA DE LACERDA

CPF: 328.383.104-10

CODEVASF

**Ao
Presidente da Comissão (Decisão nº 147/2018)**

Encaminhamos o Doc Nº 263/2018, do Senhor Severino Bezerra da Silva, para análise e instrução.

Em 01/6/2018



**Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL DA CODEVASF – SR. AURIVALTER CORDEIRO, DA 3º SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF, NO MUNICÍPIO DE PETROLINA/PE.

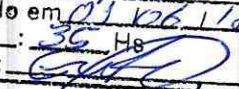
*Processo Licitatório – Edital nº 34/2017 (Concorrência)
Referente ao Processo nº 59500.001364/2017-75*



MARIA ALICE PEREIRA GOMES, brasileira, casada, agrônoma, portadora do RG sob o nº 2871519 - SSP/PE, inscrita no CPF sob o nº 471.175.084-34, residente e domiciliada na Av. Cardoso de Sá, nº 701, Bairro Centro, Petrolina-PE, CEP nº 56.302-110, inconformada com sua inabilitação no referido processo licitatório em epígrafe, vem, perante a V. Exa., por meio de seus advogados ora constituídos (procuração anexa), com fundamento no art. 5º, LV da Constituição Federal e sob a égide das determinações contidas na Lei nº 8.666/1993, mais precisamente o art. 109, I, alínea "a" e seguintes, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão proferida pela ilustre Comissão Técnica de Julgamento que a julgou inabilitada no presente certame, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos a seguir:

I. DA TEMPESTIVIDADE –

O presente Recurso Administrativo é plenamente tempestivo, uma vez que a Recorrente tomou ciência da decisão que a inabilitou na mesma data em que foi aberto o prazo para recorrer, ou seja, na data 24.05.2018, assim disposto no *site* da própria Codevasf.

O art. 109, I, "a" da Lei nº 8.666/93 aduz que há o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor Recurso Administrativo sobre o ato praticado pela Administração, a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata.

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª /SR	
DOC. Nº	265/2018
Recebido em	05/06/18
As	19 : 36 Hs
Rúbrica:	

São as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo se dá na data 01.06.2018, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Técnica de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

II. DO EFEITO SUSPENSIVO -

Requer a Recorrente, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo à inabilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

[...]

§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

[...]

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade."

III. DOS FATOS -

A Recorrente participou do processo licitatório sob a modalidade de Concorrência, oriunda do Edital nº 34/2017 (Codevasf), no qual tem como objeto a alienação de unidades parcelares empresariais para implementação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, no Projeto Público de Irrigação Pontal, localizado no município de Petrolina-PE.

Ocorre que, tempestivamente, entregou os documentos. Entretanto, não foi declarada habilitada ao referido processo licitatório – Edital nº 34/2017 - sob o argumento de que não fora apresentado documento de recolhimento da caução prevista no Edital, assim, disposto na fl. 4.406 do processo, segundo o qual estaria ferindo o disposto no item 4.2.1, "e", *in fine*:

4.2. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Invólucro n.º 1:

4.2.1. Quando se tratar de pessoa física e coligados:

e) Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mínimo da(s) unidade(s) pretendida(s), a título de caução a ser calculada considerando o valor mínimo do hectare especificado no subitem 2.2 deste Edital, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, cuja cópia do recibo deverá integrar o conteúdo do invólucro n.º 01 Documentação de Habilitação ,nas seguintes modalidades:

[...]

e-3) O proponente poderá apresentar a caução na forma de seguro-garantia em conformidade com a Circular SUSEP nº 477, de 30/09/2013.

A apólice correspondente deverá indicar a Codevasf como beneficiária; Não deverão ser acrescentadas cláusulas que eximam o Proponente de suas responsabilidades.

[...]

Todavia, nobres Julgadores, para atender à exigência editalícia a Recorrente prestou a caução na forma de seguro-garantia conforme descrito no item descrito acima, mais especificamente sob a alínea "e-3".

No caso em comento, foram efetuadas pela Requerente **dentro do prazo**, dia 21 de março de 2018, em acordo com o Edital do mencionado processo licitatório, as propostas de números 75804641 e 75805026, emitidas pela seguradora Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, cujos se referem aos valores da caução ora a ser prestado pela Recorrente para o lote em que tem interesse, conforme documento em anexo.

Por esse motivo, requer-se, respeitosamente, a análise do presente recurso concomitantemente com os documentos ora acostados para uma possível reconsideração fática da situação e declará-la habilitada para o certame, assim como os devidos fundamentos explanados a seguir.

IV. DO DIREITO –

A priori, deve-se esclarecer que o certame licitatório é regido por diversos princípios. Esses dão diretrizes para que o procedimento atenda o melhor interesse da administração pública, podendo, ao presente caso, explicitar, de início, o Princípio da Razoabilidade e, logo, o Princípio do Formalismo Moderado.

Sabe-se que o formalismo moderado, em breves palavras, se relaciona a ponderação entre o Princípio da Eficiência e o da Segurança Jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), qual seja: buscar a proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia, entre outros.

Assim, colacionam-se acórdãos proferido pelo Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

Acórdão 357/2015-Plenário (TCU):

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve **pautar-se pelo princípio do formalismo moderado**, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, **promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.** (grifo nosso)

De antemão, nota-se que a utilização do referido princípio não ofende o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do *caput* do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

Ainda, no mesmo sentido, há orientações do mesmo em que reafirma tal entendimento explanado, assim vejamos:

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, **pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios.** (Acórdão 119/2016-Plenário) (grifo nosso)

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, **desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.** (Acórdão 2302/2012-Plenário) (grifo nosso)

Com efeito, apesar da formalidade com a qual deve ser conduzido o processo licitatório, a falha em questão, por constituir mera irregularidade, não era suficiente, por si só, para excluir do certame a empresa ora impetrante. Neste sentido, ensinamento de Hely Lopes Meirelles, em *Direito Administrativo Brasileiro*, p. 261-262, 27ª ed., São Paulo, Malheiros, 2002, *in verbis*:

Procedimento formal, entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes.

Na decisão administrativa houve apego excessivo ao formalismo, com ausência completa de boa vontade por parte do demandado, o que sempre deve ser evitado. Esta tem sido a orientação da jurisprudência, citando-se, por exemplo, Mandado de Segurança nº 5631-DF, 1ª Seção do STJ, Relator o Ministro José Delgado, publicado no DJU nº 156, p. 07 de 17/08/98, com a ementa que segue:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA.

1. É excessiva a exigência feita pela administração pública de que, em procedimento licitatório, o balanço da empresa seja assinado pelo sócio-dirigente, quando a sua existência, validade e eficácia não foram desconstituídas, haja vista estar autenticado pelo contador e rubricado pelo referido sócio.
[...]

3. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa.

4. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial.

5. Segurança concedida.

(MS 5631/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13.05.1998, DJ 17.08.1998 p. 7) (grifos nossos)

Dessa forma, entender como desclassificação (inabilitar) pela falta de comprovação do recolhimento de garantia constitui, aparentemente, excesso de formalismo, uma vez que a recorrente o fez, entretanto não conseguiu acostar aos restantes dos documentos por motivo alheio a sua vontade, qual seja: não ficou pronto até o termo final. Todavia, se a ilustre banca ordenasse diligências para a apresentação do mesmo, verificaria que há documentos irrefutáveis que comprovam a prestação de caução (seguro-garantia) em tempo hábil, isto é, dentro do prazo imposto pelo Edital. Resta claro que isso não se trata de privilégio daquele que eventualmente tenha sido negligente no preparo das documentações, pois o mesmo cumpria com todos nos respectivos prazos, entretanto por fatores alhures não houve possibilidade da entrega. Da mesma forma, entender dessa forma, evidentemente, fere o Princípio da Razoabilidade, uma vez que a recorrente atendeu o disposto no item editalício referente à caução.

Insta salientar que o Princípio da Competividade é um dos principais pilares da licitação, devendo ser respeitado em sua essência, pois só promovem-se os certames licitatórios, essa disputa, onde houver competição. Conforme dito, evidentemente, quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado. Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de

interesse público, que restrinja a competição. Procedimento dessa natureza viola o princípio da competitividade, portanto deve ser evitada.

Pois bem, no caso aqui *em concreto*, a inabilitação da RECORRENTE haverá ofensa ao Princípio ora em comento. Portanto, a competição, conforme explanado, é a "alma da licitação", devendo-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público que restrinja a competição.

Dessa forma, conforme explícito, não há prejuízo para o interesse público, tampouco ferimento ao processo licitatório, motivo este que pugna-se pela reconsideração da decisão administrativa proferida pela ilustre Comissão de Licitação.

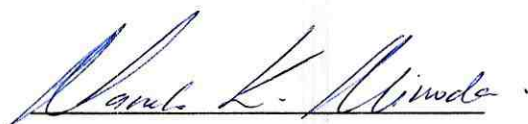
V. PEDIDO –

Diante do exposto, pede e espera a REQUERENTE:

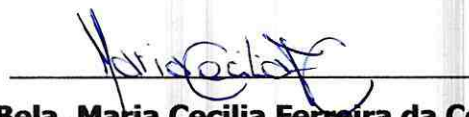
- a) Que seja recebido e processado o presente RECURSO ADMINISTRATIVO;
- b) Seja atribuído o efeito suspensivo ao presente, nos termos do artigo 109, parágrafo 2º da Lei 8.666/93;
- c) Seja julgado PROCEDENTE ESTE RECURSO ADMINISTRATIVO, reconsiderando e reformando-se a decisão administrativa que julgou inabilitada a REQUERENTE, para julgar habilitada ao prosseguimento do certame ou lhe oportunizando o saneamento da deficiência e, ato contínuo, vencendo as fases processuais subsequentes, proporcionar-lhe a adjudicação do objeto da licitação.
- d) Conforme disposto ao art. 109, §4º da Lei nº 8.666/93, que seja julgado sob o prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderando tal decisão ou encaminhando à autoridade superior competente, devidamente informado, para o julgamento do mesmo.

Nestes termos, pede e espera, respeitosamente, deferimento

Petrolina-PE, 29 de Maio de 2018.



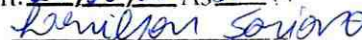
Bel. Marcelo Keisuke Minoda
OAB/PE nº 43.358



Bela. Maria Cecilia Ferreira da Costa
OAB/PE nº 42.511

Recebido pela 3ª Gt

Em: 01/06/18 Às 16:09 H.


Assinatura

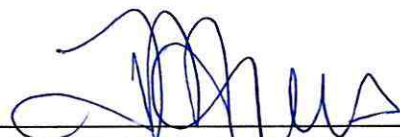
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **MARIA ALICE PEREIRA GOMES**, brasileira, casada, agrônoma, inscrita no CPF sob nº. 471.175.084-34 e portadora de Registro de Identidade nº 2871519 - SSP/PE, residente e domiciliada na Av. Cardoso de Sá, nº 701, Bairro Centro, Petrolina-PE, CEP nº 56.302-110.

OUTORGADO: bel. **MARCELO KEISUKE MINODA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 43.358, com endereço de *e-mail*: marcelo_minoda@hotmail.com e marcelominoda_adv@hotmail.com e telefone celular nº (87) 9 9916-0661, bela. **MARIA CECILIA FERREIRA DA COSTA ANDRADE**, brasileira, advogada, inscrito na OAB/PE nº 42.511, *e-mail*: mariaceciliafcadv@gmail.com, telefone celular nº (87) 9 9908-4420, ambos com endereço profissional na Av. Fernando Góes, nº 888-A, bairro Centro, na cidade de Petrolina-PE, CEP nº 56.304-020.

PODERES: Os da cláusula ad *juditia*, para o foro em geral, outorgando-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitações, receber pagamentos em dinheiro, cheque ou de qualquer outra forma, levantar depósito judicial, depósito recursal, requerer a assistência judiciária gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, praticar todos os atos perante repartições públicas, federais, estaduais e municipais e, órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, **especialmente** para propor e acompanhar **Recurso Administrativo** perante a Comissão Licitatória do Processo Licitatório – Edital nº 34/2017, modalidade concorrência, referente ao Processo nº 59500.001364/2017-75.

Petrolina/PE, 29 de Maio de 2018.



MARIA ALICE PEREIRA GOMES

CPF: 471.175.084-34

Petrolina, PE 27 de Março de 2018

A

Sra. Maria Alice Pereira Gomes

REF – Proposta Seguro Garantia.

Em anexo, propostas de números 75804641 e 75805026, emitidas pela PORTO SEGUROS CIA. DE SEGUROS GERAIS, nesta data, conforme cadastro de tomador efetivado em 21 de março de 2018, conforme dados informados em edital numero 34/2017, para concorrência e aquisição de lotes para implantação de empreendimentos agrícolas.

Conforme dispõe as condições gerais, são necessários o prazo de 72 horas para implantação em sistema, com aceitação definitiva, solicitação ou não de documentos complementares e consequente emissão de boletos para pagamento.

Ao dispor



Tenege Adm e Corret de Seguros Ltda
CNPJ: 03.350.551/0001-73

NOTIFICAÇÕES TENEGE ADM E CORRETAGEM DE SEGUROS

[Tomador](#) | [Acionistas](#) | [Participação/Holding](#) | [Anexar Documentos](#)

Dados do Corretor

Corretor: TENEGE ADM E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA

SUSEP: 415263

Dados do Tomador

* Pessoa:	<input type="text" value="Física"/>	* CNPJ/CPF:	<input type="text" value="471.175.084-34"/>	Pesquisar
* Nome:	<input type="text" value="MARIA ALICE PEREIRA GOMES"/>		* Nº Tomador: <input type="text" value="76187"/>	
* Data de Nascimento:	<input type="text" value="15/05/1965"/>	(dd/mm/aaaa)		
* Sexo:	<input checked="" type="radio"/> Masculino <input type="radio"/> Feminino	* Estado Civil:	<input type="text" value="CASADO"/>	
* Profissão:	<input type="text" value="AGRICOLAS, PECUARIA, FLORES"/>		* Faixa de Renda:	<input type="text" value="Não desejo in"/>
* Tipo de Documento:	<input type="text" value="RG"/>	* Nº do documento:	<input type="text" value="2871519"/>	
* Data de expedição:	<input type="text" value="10/04/1997"/>	(dd/mm/aaaa)		
* Órgão emissor:	<input type="text" value="SSP PE"/>			
* Pessoa Exposta Politicamente?	<input type="text" value="NÃO"/>	* Nacionalidade:	<input type="text" value="Brasileira"/>	
	Ajuda			
* Reside no Brasil?	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não			
Grupo econômico:	<input type="text"/>			
Sucessora de:	<input type="text"/>		Data sucessão:	<input type="text"/>
* CEP:	<input type="text" value="56302"/>	<input type="text" value="110"/>	Pesquisar Endereço	Não Sei o cep
* Cidade:	<input type="text" value="PETROLINA"/>		* UF:	<input type="text" value="PE"/>
* Endereço:	<input type="text" value="AV CARDOSO DE SA"/>		* Nº:	<input type="text" value="701"/> S/N
Complemento:	<input type="text"/>		* Bairro:	<input type="text" value="CENTRO"/>
Telefone:	<input type="text" value="87"/> - <input type="text" value="999027704"/>		FAX:	<input type="text"/> - <input type="text"/>
Pessoa de Contato:	<input type="text" value="JOAO PEDRO"/>			
E-mail:	<input type="text"/>		Site:	<input type="text"/>
Data do Cadastro:	<input type="text" value="21/03/2018"/>			

Porto Seguro Garantia de Obrigações Contratuais

Número do Cálculo: 75804641



Serviços e Benefícios



Tomador

Nome: 76187 - MARIA ALICE PEREIRA GOMES

CPF/CNPJ: 471.175.084-34

Cobertura

Descrição: BASICA

Valor: R\$ 50.031,57

Limite Máximo de Garantia:

R\$ 50.031,57

Preços e Formas de Pagamento

À vista

R\$ 219,90

Envio de Documentos

Documento: Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado Anexar

Documentos

Nome Arquivo

Usuário Criador Data

Relação de Documentos Necessários para a Análise da Proposta

» EDITAL DE CONCORRENCIA

» CONTRATO

» EDITAL DE CONTRATO

» PEDIDO DE COMPRA

» MINUTA DE CONTRATO

» DECLARACAO DE BOM ANDAMENTO

Gerar PDF

Nova Proposta

Enviar Proposta

Ajuda

Menu Inicial

Porto Seguro Garantia de Obrigações Contratuais

Número do Cálculo: 75805026



Serviços e Benefícios



Tomador

Nome: 76187 - MARIA ALICE PEREIRA GOMES

CPF/CNPJ: 471.175.084-34

Cobertura

Descrição: BASICA

Valor: R\$ 45.465,69

Limite Máximo de Garantia:

R\$ 45.465,69

Preços e Formas de Pagamento

À vista

R\$ 219,90

Envio de Documentos

Documento:

Escolher arquivo

Nenhum arquivo selecionado

Anexar

Documentos

Nome Arquivo

Usuário Criador Data

Relação de Documentos Necessários para a Análise da Proposta

» EDITAL DE CONCORRENCIA

» CONTRATO

» EDITAL DE CONTRATO

» PEDIDO DE COMPRA

» MINUTA DE CONTRATO

» DECLARACAO DE BOM ANDAMENTO

Gerar PDF

Nova Proposta

Enviar Proposta

Ajuda

Menu Inicial

CODEVASF

**Ao
Presidente da Comissão (Decisão nº 147/2018)**

Encaminhamos o Doc Nº 265/2018, da Senhora Maria Alice Pereira Gomes, para análise e instrução.

Em 01/6/2018



**Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional**

ILUSTRE SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ALIENAÇÃO DA 3ª
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF - PETROLINA-PE.

LICITAÇÃO:
CONCORRÊNCIA Nº. 034/2017

CONSTRUTORA JMT LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.897.444/0001-25, estabelecida na Avenida Maria de Lourdes Amando Siqueira, nº. 981, Bairro Vila Eulália, Petrolina-PE - CEP 56331-020, neste ato representada por seu sócio-representante **Mikael Coutinho Xavier**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG sob o nº.32.326-CREA-D-PE, inscrito no CPF sob o nº.039.073.574-42, vem, respeitosamente, por seu procurador, procuração em anexo, perante a ilustre presença de V. Sa., dentro do prazo legal e nos termos dos itens do Edital da Concorrência nº. 034/2017 e do art. 109, I, da Lei nº. 8.666/93, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão de **HABILITAÇÃO** de **FERNANDO LUIS NACIF NEAIME** (CPF nº. 034.737.718-13) para o lote agrícola LE 024, expondo para tanto os fatos e fundamentos na forma das razões que em anexo seguem.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Petrolina, 29 de maio de 2018.



Construtora JMT Ltda.
Mikael Coutinho Xavier (Sócio-representante)

Recebido pela 3ª Gl
Em: 01/06/18 Às: 15h
[assinatura]
Assinatura



**RAZÕES DO RECURSO CONSTRUTORA JMT LTDA-EPP EM FACE DA
DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA FERNANDO LUIS NACIF NEAIME**

CONCORRÊNCIA Nº. 034/2017

EMINENTE JULGADOR:

I - OBJETO DA LICITAÇÃO

Alienação de 37 (trinta e sete) unidades parcelares empresariais para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, no Projeto Público de Irrigação Pontal, localizado no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

**II - DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO E/OU DESCLASSIFICAÇÃO DE
FERNANDO LUIS NACIF NEAIME DA PRESENTE CONCORRÊNCIA Nº.
034/2017, PELA NULIDADE DE ATOS PRATICADOS E DOCUMENTOS
ASSINADOS POR PESSOA SEM INSTRUMENTO PROCURATÓRIO PARA
REPRESENTAR O LICITANTE E PELO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL**

Colenda Comissão de Licitação, verificando a documentação de habilitação do Sr. Fernando Luis Nacif Neaime, para participar da Concorrência nº. 034/2017, com o objetivo de alienar unidade agrícola empresarial, no seu caso precisamente, o Lote agrícola LE024, no Projeto de Irrigação Pontal, verificou-se grave problema de ausência de poderes, portanto, de instrumento procuratório para prática de diversos atos, assinatura e apresentação de documentos, por parte do suposto procurador/outorgado Ailton de Nascimento Caetano, que não tinha poderes para representar o licitante (Fernando Luis Nacif Neami), no presente processo licitatório, o que tornar-se necessária a reforma da decisão de habilitação, para que seja procedida a sua imediata INABILITAÇÃO e/ou DESCLASSIFICAÇÃO, por nulidade de atos praticados e documentos apresentados, senão vejamos:

Observa-se, Nobre Comissão, que o Sr. Ailton de Nascimento Caetano, nas fls. nº. 1544, assinou declaração de residência (documento intitulado de endereço de domicílio atualizado), datada de 25 de janeiro de 2018; nas fls. nº. 1570, assinou declaração de visita ao Projeto de Irrigação Pontal, no Lote Agrícola nº. LE024, datada de 02 de fevereiro de 2018; nas folhas nº. 1572, assinou o plano de exploração agrícola, datada de 02 de fevereiro de 2018; nas fls. nº. 1573, assinou a

declaração de bens e rendimentos, datada de 02 de fevereiro de 2018, todos em nome do licitante.

Pasmem, Nobre Comissão, como o Sr. Ailton de Nascimento Caetano, praticou tais atos e assinou os mencionados documentos nas datas de 25 de janeiro de 2018 e 02 de fevereiro de 2018, citados no parágrafo anterior, se o mesmo não dispunha de qualquer poder procuratório para representar o licitante Sr. Fernando Luis Nacif Neaime na presente licitação????

Pois é imperioso afirmar, que a procuração pública só fora outorgada pelo licitante ao Sr. Ailton de Nascimento Caetano, em 07 de fevereiro de 2018, conforme se verifica do documento de fls.1542.

Na verdade, Nobre Comissão, vários atos praticados e documentos assinados, já mencionados acima, pelo Sr. Ailton de Nascimento Caetano, em nome do licitante Sr. Fernando Luis Nacif Neaime, são absolutamente nulos por ausência de poderes, tornando, portanto, tais atos e documentos nulos e imprestáveis para fins de cumprimento das normas previstas e condições impostas neste Edital licitatório.

Entende a recorrente, pela necessária e imediata INABILITAÇÃO e/ou DESCLASSIFICAÇÃO do licitante Fernando Luis Nacif Neaime, da presente Concorrência nº. 034/2017, sob pena, de gerar nulidade de todos os atos praticados pela ilustre Comissão e de todo o processo licitatório.

Colenda Comissão, os motivos do recurso da recorrente, não trata-se meramente de um rigorismo exagerado ou uma tentativa de criar impedimentos sem motivos de outro licitante nesta Concorrência, mas, sim demonstrar uma questão de vício/nulidade insanável de parte da documentação/atos do recorrido, pois, no momento em que Sr. Ailton de Nascimento Caetano, assinou documentos e/ou praticou atos nos dias 25/01/2018 e 02/02/2018 (documentos de fls. 1544, 1570, 1572 e 1573), o mesmo não tinha qualquer poder (procuratório) para a prática de atos ou assinatura de documentos em nome do recorrido Sr. Fernando Luis Nacif Neaime, tenho em vista que a procuração só fora outorgada em 07/02/2018, ou seja, os documentos assinados ou atos praticados pelo Ailton de Nascimento Caetano, antes de 07/02/2018, em nome do licitante recorrido são absolutamente nulos.

A necessidade de instrumento procuratório para o procurador é questão prevista no próprio Edital em seu item 15.1(**que trata da desclassificação de propostas**) em sua alínea "d", dispõe que "*Deixarem de anexar mandato contendo poderes específicos a seu procurador para participar da licitação*", ou seja, o Edital é claro que a ausência de instrumento procuratório para **procurador gera a desclassificação da proposta do licitante**, e a simples apresentação de procuração após a realização de atos e assinatura de documentos por quem não tinha poderes, não retira a obrigatoriedade de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta do licitante.

Portanto, respeitável Comissão de Alienação, o recorrido Sr. Fernando Luis Nacif Neaime, não havia outorgado ao Sr. Ailton de Nascimento Caetano, procuração com poderes quando o Sr. Ailton, quando o mesmo assinou documentos e/ou praticou atos nos dias 25/01/2018 e 02/02/2018 (documentos de fls. 1544, 1570, 1572 e 1573), uma vez que, reiterando, a procuração só fora outorgada em 07/02/2018, não se podendo em absoluto admitir que um licitante na sua documentação de habilitação, apresente vício e nulidade no cumprimento de disposições contidas no edital, sob pena, de atentar contra o princípio norteador das licitações que é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O descumprimento do item 15.1, alínea "d", do Edital, pelo licitante recorrido, é vício grave, impossível de ser sanado, tornando imprescindível a reforma da decisão desta respeitável comissão, para no julgamento do presente recurso sanar o erro da decisão de habilitação contida no relatório de julgamento de habilitação da presente concorrência, ato este realizado em 22/05/2018.

O procedimento a ser seguido no certame licitatório deve transcorrer exatamente conforme determina o edital, é o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, que a Lei de Licitações, Lei 8.666/93, traz, juntamente com a própria definição de licitação, logo no seu terceiro artigo. Assim é a redação do Artigo 3º da Lei 8.666/93:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada **EM ESTRITA CONFORMIDADE** com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **VINCULAÇÃO** ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifos nossos)

É importante, também, é reproduzir o que foi escrito pelo respeitadíssimo Prof. Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de direito administrativo, 5 ed., São Paulo : Malheiros, 1994, pp. 271 e 272 :

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como aliás, está consignado no art. 41 da lei 8.666."

"O princípio do julgamento objetivo, almeja como é evidente, impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do

subjetivismo, de sentimentos, impressões ou propósitos pessoais dos membros da comissão julgadora.” (grifos nossos)

Também seria interessante transcrevermos as palavras do eminente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Antonio Roque Citadini, Comentários e jurisprudência sobre a lei de licitações públicas, 2. ed - São Paulo: Editora Max Limonad. 1997, pp 319:

“Como afirmado, a primeira verificação diz respeito à conformidade das propostas com o ato convocatório, não podendo a Administração se afastar das condições e exigências que fez, igualmente a todos quanto se interessassem. Não pode, por isso, inovar ou mudar, quer acrescentando, quer diminuindo aquelas exigências. Disto resulta o especial cuidado na elaboração do ato de convocação, o qual não pode ter redação ambígua, que impeça sua correta interpretação, pois, só é aceitável a desclassificação por motivo relevante, do qual se possa, com clareza, demonstrar a afronta a requisito objetivo do ato convocatório.” (grifos nossos)

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que “Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação” (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305). Como exemplo de violação ao referido princípio, o referido autor cita a não apresentação de documento exigido em edital e/ou a apresentação de documento em desconformidade com o edital.

Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Tribunal de Contas da União, como será a seguir demonstrado.

O STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão assim ementada:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

Na decisão do STF citada acima, dispõe que a ausência de assinatura na proposta financeira gera a desclassificação da proposta, ora, então, é de se presumir com absoluta certeza que a prática de atos ou assinatura de documentos por quem não tinha poderes procuratórios em nome do licitante, impõe a necessária desclassificação da proposta, e portanto, a exclusão do licitante recorrido do presente processo licitatório.

O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma incorreta pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado

no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (negritos nossos)

O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288): "Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada' (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento".

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital.

Ante as considerações apresentadas, verifica-se justo motivo para a necessária reforma da decisão da HABILITAÇÃO do Recorrido Sr. Fernando Luis Nacif Neaime, sendo imperioso a sua INABILITAÇÃO e/ou DESCLASSIFICAÇÃO, assim como a continuação do certame licitatório.

III - DO REQUERIMENTO

Em face das razões expostas, requer a total PROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela empresa Recorrente, para que a ilustre Comissão de Alienação possa proceder com a devida reforma da decisão de habilitação de Sr.



Fernando Luis Nacif Neaime, prolatada em 22/05/2018 para considerá-lo **INABILITADO E/OU DESCLASSIFICADO**, pela nulidade de atos praticados e documentos assinados por pessoa sem instrumento procuratório para representar o licitante e pelo descumprimento do edital, sobretudo o item 15.1, alínea "d" do Edital.

Finalmente, promovida à devida **INABILITAÇÃO E/OU DESCLASSIFICAÇÃO** do Sr. Fernando Luis Nacif Neaime, requer a continuação dos atos do certame licitatório.

Nesses termos
Pede deferimento.

Petrolina, 29 de maio de 2018.

Construtora JMT Ltda.
Mikael Coutinho Xavier (Sócio-representante)

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA

Avenida Fernando Menezes de Góes, nº 538-A, Centro, Petrolina-PE. Fone
(87) 3024-1035

CNPJ: 29.234.806/0001-26 - E-mail: 1oficionotas.petrolina@gmail.com
Pablo Vitorio Castro de Melo - Tabelião de Notas e Protestos

PROCURAÇÃO PÚBLICA

LIVRO: P03
FOLHA(S): 181
PROTOCOLO Nº 762
1º TRASLADO



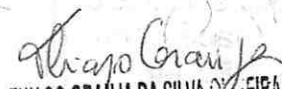
PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ CONSTRUTORA JMT LTDA EPP

SAIBAM quantos este público instrumento virem, que aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito (14/05/2018), nesta cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, República Federativa do Brasil, em meu cartório, situado na Avenida Fernando Menezes de Góes, nº 538-A, Centro, Petrolina-PE, perante mim Tabelião do Primeiro Ofício de Notas, compareceu como outorgante **CONSTRUTORA JMT LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.897.444/0001-25, registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE) sob o NIRE nº 26.2.0175622-8, com sede na Avenida Maria de Lourdes Amando de Siqueira, nº 981, Vila Eulália, nesta cidade de Petrolina-PE, neste ato representada por seu sócio administrador **MIKAEL COUTINHO XAVIER**, brasileiro, casado, alfabetizado, engenheiro, portador do RG nº 5566640 SSP/PE, inscrito no CPF/MF nº 039.073.574-42, residente e domiciliado na Rua Rodrigo Teotônio de Araújo, nº 80, Condomínio Sol Nascente, Bairro Cidade Universitária, nesta cidade de Petrolina-PE, reconhecido como sendo o próprio por identificação procedida mediante a verificação dos documentos apresentados e acima consignados, do que dou fé. Pelo sócio administrador da empresa outorgante me foi dito por este público instrumento que nomeia e constitui seu bastante procurador **CAIO CIRO AZEVEDO CALLOU**, brasileiro, alfabetizado casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 8398903 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 047.331.374-00, residente e domiciliado na Rua Antônio Padilha, nº 113, Centro, Petrolina-PE, com poderes gerais e especiais para representá-la junto a qualquer órgão da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, Prefeituras Municipais, inclusive a Prefeitura Municipal de Petrolina-PE em quaisquer atos que sejam necessários, podendo assinar, apresentar, solicitar e receber todos e quaisquer documentos, anuir, discordar, concordar com atos e documentos, inclusive junto ao Processo Licitatório de Tomada de Preço nº 09/2018, podendo tudo fazer para representar a empresa neste e em quaisquer outros processos administrativos ou não, assinando, requerendo, recebendo e providenciando em nome da empresa outorgante; podendo ainda representar a empresa outorgante junto a Receita Federal e serventias extrajudiciais, podendo representar a empresa em quaisquer atos que sejam necessários, podendo assinar, apresentar, solicitar e receber todos





e quaisquer documentos, anuir, discordar, concordar com atos e documentos, podendo ainda representa-lo na **junta comercial do Estado de Pernambuco**, podendo gerir, administrar, assinar, requerer, apresentar, documentos e certidões; podendo ainda representar a empresa junto à CODEVASF, em quaisquer atos que sejam necessários, podendo assinar, apresentar, solicitar e receber todos e quaisquer documentos, anuir, discordar, concordar com atos e documentos, inclusive junto ao Processo Licitatório de Concorrência nº 034/2017, podendo tudo fazer para representar a empresa neste e em quaisquer outros processos administrativos ou não, assinando, requerendo, recebendo e providenciando em nome da empresa outorgante nomear prepostos junto, bem como todos os demais poderes da cláusula "ad judicium", perante qualquer instância, foro ou tribunal, em juízo ou fora dele, e finalmente tudo fazer para o bom e fiel desempenho do presente mandato. Esta procuração validade de 40 dias a contar da presente data. Vedado o substabelecimento. E como assim o disse, lavrei este instrumento de procuração, que depois de lida por mim assina **MIKAEL COUTINHO XAVIER** sócio administrador da empresa outorgante. Do que dou fé. Recolhidos emolumentos de R\$ 56,40 TSNR R\$13,27 FERC R\$ 6,64 e ISS R\$ 3,32. Eu, Thiago Granja Bel. Thiago Granja da Silva Oliveira, escrevente notarial autorizado, subscrevo e assino. Está digitado fielmente em livro de folhas soltas, dou fé. DATA SUPRA. SICASE nº 0008686390. Selo eletrônico nº 0159566.YON05201802.00056. **Consulte a autenticidade em www.tipe.ius.br/selodigital.**


THIAGO GRANJA DA SILVA OLIVEIRA
Escrevente Autorizado
Primeira Serventia Notarial de Petrolina-PE

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA
Av. Fernando Menezes de Góes, nº 538
Centro - CEP: 56.304-020
Petrolina-PE
Tel.: (87) 3024-1035
CNPJ: 29.234.806/0001-26

AAC 0412011

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 06347420

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 27485

NOME
CAIO CIRO AZEVEDO CALLOU

FILIAÇÃO
ANTONIO PEREIRA DA CUNHA CALLOU
MARIA DO SOCORRO AZEVEDO DA SILVA CALLOU

NATURALIDADE
SALGUEIRO-PE

RG
6398903 - SDS/PE

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

DATA DE NASCIMENTO
08/11/1983

CPF
047.331.374-00

VIA EXPÉDIENTE EM
02 20/03/2018

RONNIE PREUSS DUARTE
PRESIDENTE

CODEVASF

**Ao
Presidente da Comissão (Decisão nº 147/2018)**

Encaminhamos o Doc Nº 261/2018, da JMT Construtora, para análise e instrução.

Em 01/6/2018



**Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE REGIONAL DA CODEVASF – SR. AURIVALTER CORDEIRO, DA 3º SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – CODEVASF, NO MUNICÍPIO DE PETROLINA/PE.

CODEVASF, PROTOCOLO-3ª JSR	
DOC. Nº	262/2018
Recebido em	05/06/18
vs. 31	30
Óbica:	Outub

*Processo Licitatório – Edital nº 34/2017 (Concorrência)
Referente ao Processo nº 59500.001364/2017-75*

ANTONIO CARLOS ZEM, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 716.028.448-87, residente e domiciliado na Av. Dr. Jose Bonifacio Coutinho Nogueira, nº 150, Bairro Jardim Madalena, Campinas-SP, CEP nº 13.091-611, inconformado com sua inabilitação no referido processo licitatório em epígrafe, vem, perante a V. Exa., por meio de seus advogados ora constituídos (procuração anexa), com fundamento no art. 5º, LV da Constituição Federal e sob a égide das determinações contidas na Lei nº 8.666/1993, mais precisamente o art. 109, I, alínea "a" e seguintes, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão proferida pela ilustre Comissão Técnica de Julgamento que a julgou inabilitada para participar da mencionada licitação, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos a seguir:

I. DA TEMPESTIVIDADE –

O presente Recurso Administrativo é plenamente tempestivo, uma vez que o Recorrente tomou ciência da decisão que o inabilitou na mesma data em que foi aberto o prazo para recorrer, ou seja, na data 24.05.2018, assim disposto no *site* da própria Codevasf.

O art. 109, I, "a" da Lei nº 8.666/93 aduz que há o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interpor Recurso Administrativo sobre o ato praticado pela Administração, a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata.

São as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo se dá na data 01.06.2018, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Técnica de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

II. DO EFEITO SUSPENSIVO -

Requer a Recorrente, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo à inabilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

[...]

§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

[...]

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade."

III. DA RELAÇÃO FÁTICA –

O Recorrente, tempestivamente, entregou os documentos, entretanto não foi declarado habilitado no referido processo licitatório – Edital nº 34/2017, sob o argumento de que não provou possuir suporte financeiro suficiente para enquadrar-se à exigência de cobertura do plano de exploração agrícola, com previsão de lastro superior a ele em 130% (cento e trinta por cento), em sua declaração de bens e rendimentos, assim disposto na fl. 4.405 do processo, segundo o qual estaria ferindo o disposto no item 6.1.2., *in fine*:

6.1.2. A avaliação da capacidade econômico-financeira será efetuada com base na "Declaração de Bens e Rendimentos" (**Anexo VIII**) atualizada, na qual o(a) proponente **deverá comprovar patrimônio correspondente a, no mínimo, 130%** (cento e trinta por cento) do total de investimentos e custeios previstos no "Plano de Exploração Agrícola/Agropecuário/Agroindustrial" (**Anexo III**), serão desqualificadas tecnicamente aquelas que apresentarem percentuais inferiores ao patamar exigido neste subitem, sendo, conseqüentemente, inabilitadas para prosseguir no certame.

[...]

Todavia, nobres Julgadores, para atender à exigência editalícia o Recorrente fez a juntada do Imposto de Renda incorreto por equívoco, tendo o Recorrente sim, condições financeiras mais que suficientes para suportar o referente ao item editalício de 130 % (cento e trinta por cento) o seu plano agrícola apresentado, conforme demonstra seu Imposto de Renda correto (documento em anexo), em acordo com o Edital do mencionado processo licitatório.

IV. DO MÉRITO –

Conforme explanado no item *retro*, o Recorrente juntou a declaração de Imposto de Renda de forma incompleta nos documentos ora solicitados no Edital em comento. Entretanto, nobres Julgadores, inabilitar um concorrente que juntou por equívoco um documento incorreto, mas que possui plena capacidade econômico-financeira de suportar o percentual exigido pela regra editalícia, aparentemente, constitui um excesso de formalismo, cujo tema tem sido bastante relativizado, desde que não prejudique o interesse público, assim colacionamos:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes (MS 5869 / DF ; MANDADO DE SEGURANÇA Relatora Ministra LAURITA VAZ Órgão Julgador PRIMEIRA SEÇÃO Data da Publicação/Fonte DJ 07.10.2002 p. 163)

De igual sorte, Apelação Cível nº 596232108, Primeira Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, com Relatoria do em. Des. Armínio José Abreu Lima da Rosa :

LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS CONCORRENTE QUE APRESENTA OFÍCIO EM QUE CONSTA A CERTIFICAÇÃO JUNTO À DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, SUBSCRITO PELO PRÓPRIO DELEGADO, AO INVÉS DE CERTIDÃO. MERA IRREGULARIDADE, QUE NÃO VICIA A SUA PROPOSTA. O formalismo que impregna o procedimento licitatório não pode ser levado ao extremo de invalidá-lo e impor a eliminação da melhor proposta, sem que haja um mínimo prejuízo a justificá-lo. Apelo provido.



Dessa forma, torna-se evidente a aplicação do Princípio da Razoabilidade no devido processo licitatório em questão, sob o pressuposto do Princípio do Formalismo Moderado, ao passo que este reflete do Princípio da Eficiência e Segurança Jurídica, cujos são pilares da Administração Pública, no qual desenvolve importante função que é buscar a isonomia entre os licitantes e também conseguir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, a Administração Pública não deve se pautar pela rigidez e rigorismos excessivos durante a fase de habilitação, sob pena de comprometimento de todo o processo licitatório, que tem como principal objetivo confrontar o maior número de propostas possíveis, escolhendo as mais vantajosas. Nesse sentido o magistério autorizado de ADILSON ABREU DALLARI:

"Portanto, existem claras manifestações doutrinárias e já existe jurisprudência no sentido de que, **na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva**; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. **Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isto não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; interessa, consulta ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes.** Claro que para um participante interessa excluir o outro. Quem faz licitação sabe que, nesse momento, há uma guerra entre os participantes; mas a Administração Pública não pode deixar-se ('sic') envolver pelo interesse de um proponente (que é adversário dos outros proponentes e está defendendo legitimamente o seu interesse em obter o contrato) e não pode confundir esse interesse com o interesse público. Este está na amplitude do cotejo, na possibilidade de verificação do maior número de propostas." ("in" Aspectos Jurídicos da Licitação, Saraiva, 3ª ed., São Paulo, 1992, págs. 88/9 – Grifos da Recorrente)

Exigências como esta devem ser rejeitadas de plano, eis que rigorismos da espécie contribuem apenas para reduzir o número de licitantes, restando contratações que desatendem ao interesse público. Nesse sentido, com muita propriedade, decidiu o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ("apud" Hely Lopes Meirelles, Licitação e Contrato Administrativo, 7ª ed., Ed. Rev. dos Tribunais, São Paulo, pág. 98):

"Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório (RDP 14/240)."

Há de se salientar que, no caso em comento, não há ferimento ao Princípio da Isonomia entre os concorrentes, tampouco se trata de privilégio para o Recorrente, pois cumpria com todos os documentos solicitados, entretanto foi feito a juntada de um Imposto de Renda incorreto. Destarte, conforme comprovado em anexo, é cristalino a condição mais que suficiente para ser habilitado para o certame, uma vez que o recorrente ultrapassa o percentual ora exigido pelo Edital.

Evidentemente, ilustres Julgadores, não há o que se falar em ofensa ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, cujo trata da impossibilidade que a Administração descumprir as normas e condições do edital, assim interpretado pelo art. 41 da Lei de Licitações, e sim de uma ponderação de conflito principiológico.

Com esses fundamentos descritos, corrobora o que vem sendo proferido pelo Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Acórdão 357/2015-Plenário (TCU):

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve **pautar-se pelo princípio do formalismo moderado**, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, **promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.** (grifo nosso)

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, **pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios.** (Acórdão 119/2016-Plenário) (grifo nosso)

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, **desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.** (Acórdão 2302/2012-Plenário) (grifo nosso)

Em tempo, reafirma-se que não seria caso de desclassificação do certame, uma vez que poderia ser utilizada a faculdade prevista no artigo 43, § 3º, da Lei de Licitações, permitindo que a impetrante cumprisse tal requisito, em diligência, atitude que era a mais adequada, o que não foi observado na decisão. O artigo citado deve ser interpretado como obrigatoriedade, uma vez que interessa ao erário um número maior



de licitantes, não havendo sentido em eliminar candidatos por motivos menores, que podem ser supridos sem qualquer dificuldade.

Ademais, é de extrema importância salientar de que o RECORRENTE em questão é o único concorrente do lote que se habilitou para concorrer, ora, Ilustre Comissão, não parece razoável eliminar o único candidato concorrente do lote proposto em total desconformidade com o Princípio do interesse público. Não parece razoável deixar o lote sem qualquer proposta, uma vez que o concorrente tem condições de arcar sim com sua proposta agrícola apresentada.

Dessa forma, pelo exposto, entender como "inabilitado" a situação do Recorrente é coadunar com princípios que não prosperam ser absolutos nos certames licitatórios. Visto que a finalidade de cada licitação é a meta a ser alcançada pela Administração Pública, realçando-se a preponderância da eficiência e da eficácia sobre a burocracia dos atos administrativos. À Comissão compete, pois, ter a máxima cautela para não exceder o formal de que se reveste cada edital de licitação. Na verdade, o pedido formal do edital não visa a afastar licitante; muito menos quando cumprida a exigência formulada. O pedido no edital visa a resguardar o interesse da Administração de transtornos decorrentes da incapacitação técnica ou financeira da futura contratada - o que pode ser constatado de várias maneiras. Não visa, contudo, a afastar licitantes que possam, eventualmente, plenas condições de participar do certame. Sendo assim, partindo da premissa que deve ser respeitado o Princípio da Competição, pilar da licitação, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. Inabilitar o Recorrente, ao passo em que o mesmo possui os documentos comprobatórios e consegue demonstrar sua condição financeira, violaria o princípio da competitividade, portanto, *data vênia*, deve ser evitada.

Portanto, a competição, conforme explanado, é a "alma da licitação", devendo-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público que a restrinja. Fatos e motivos apresentados em que requer-se a reconsideração da decisão administrativa ora publicada, para que o Recorrente se torne Habilitado para o certame.



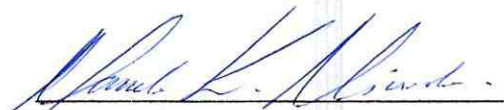
V. PEDIDO –

Diante do exposto, pede e espera o REQUERENTE:

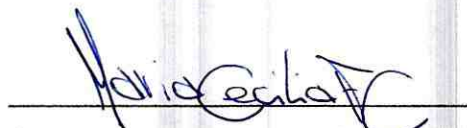
- a) Que seja recebido e processado o presente RECURSO ADMINISTRATIVO;
- b) Seja atribuído o efeito suspensivo ao presente, nos termos do artigo 109, parágrafo 2º da Lei 8.666/93;
- c) Seja julgado PROCEDENTE ESTE RECURSO ADMINISTRATIVO, reconsiderando e reformando-se a decisão administrativa que julgou inabilitada a REQUERENTE, para julgar habilitada ao prosseguimento do certame ou lhe oportunizando o saneamento da deficiência e, ato contínuo, vencendo as fases processuais subsequentes, proporcionar-lhe a adjudicação do objeto da licitação.
- d) Conforme disposto ao art. 109, §4º da Lei nº 8.666/93, que seja julgado sob o prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderando tal decisão ou encaminhando à autoridade superior competente, devidamente informado, para o julgamento do mesmo.

Nestes termos, pede e espera, respeitosamente, o deferimento.

Petrolina, 29 de Maio de 2018.



Bel. Marcelo Keisuke Minoda
OAB/PE nº 43.358



Bela. Maria Cecilia Ferreira da Costa
OAB/PE nº 42.511

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ANTONIO CARLOS ZEM, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº. 716.028.448-87, residente e domiciliado Av. Dr. Jose Bonifacio Coutinho Nogueira, nº 150, Bairro Jardim Madalena, Campinas-SP, CEP nº 13.091-611.

OUTORGADO: bel. MARCELO KEISUKE MINODA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 43.358, com endereço de e-mail: marcelo_minoda@hotmail.com e marcelominoda_adv@hotmail.com e telefone celular nº (87) 9 9916-0661, bela. MARIA CECILIA FERREIRA DA COSTA ANDRADE, brasileira, advogada, inscrito na OAB/PE nº 42.511, e-mail: mariaceciliafcadv@gmail.com, telefone celular nº (87) 9 9908-4420, ambos com endereço profissional na Av. Fernando Góes, nº 888-A, bairro Centro, na cidade de Petrolina-PE, CEP nº 56.304-020.

PODERES: Os da cláusula ad *juditia*, para o foro em geral, outorgando-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitações, receber pagamentos em dinheiro, cheque ou de qualquer outra forma, levantar depósito judicial, depósito recursal, requerer a assistência judiciária gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, praticar todos os atos perante repartições públicas, federais, estaduais e municipais e, órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, **especialmente** para propor e acompanhar **Recurso Administrativo** perante a Comissão Licitatória do Processo Licitatório – Edital nº 34/2017, modalidade concorrência, referente ao Processo nº 59500.001364/2017-75.

Petrolina/PE, 29 de Maio de 2018.


ANTONIO CARLOS ZEM
CPF: 716.028.448-87

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 716.028.448-87	Nome do declarante ANTONIO CARLOS ZEM	Telefone (19) 31154432
Endereço AVENIDA DR JOSE BONIFACIO COUTINHO NOGUEIRA	Número 150	Complemento 103/105/107/108/109
Bairro/Distrito JD MADALENA	CEP 13091-611	Município CAMPINAS
		UF SP

	(Valores em Reais)
TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	2.666.060,52
IMPOSTO DEVIDO	710.464,42
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	27.629,46
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00
PARCELAMENTO (Vencimento da 1a quota em 28/04/2017) NÚMERO DE QUOTAS	1
VALOR DA QUOTA	27.629,46

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/03/2017 às 10:27:09
0783987702

Sr(a) ANTONIO CARLOS ZEM, inscrito no CPF sob o nº 716.028.448-87.
O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 30/03/2017, às 10:27:09, é:

23.90.00.13.13 - 65

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
 - Declaração IRPF – Extrato:
 - informação da situação do processamento;
 - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
 - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
 - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) atualizados
 - Situação Fiscal:
 - Informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2018, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

Informações sobre a Impressão do Darf

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física só permite a impressão do Darf para o pagamento da quota única ou da primeira quota.

O contribuinte pode obter o Darf para pagamento de todas as quotas do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, no sítio da RFB na Internet, no endereço <rfb.gov.br>, das seguintes formas:

1. Na barra "Em Destaque" da página inicial, clique na opção "Onde Encontro?" e selecione os ícones "Pagamentos" e "Pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física". Posteriormente, selecione "Pagamento das quotas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)" e clique em "Programa para cálculo e emissão do Darf das quotas do IRPF". Após a leitura das "Dicas de Operação", clique em "Cálculo", na barra azul, e informe os dados solicitados até a impressão do DARF; ou
2. Na página inicial do sítio da RFB, clique na aba "Atendimento Virtual (e-CAC)" e acesse o Portal e-CAC. Em seguida, clique em "Declarações e Demonstrativos", selecione a opção "Extrato do Processamento da DIRPF". Na lista das declarações encontradas clique no ícone "Débitos" para consultar o "Demonstrativo de Débitos da Declaração". Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone "Impressão" para emitir o Darf do mês desejado.

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

Data de Nascimento: 21/07/1951

Título Eleitoral: 0109109290159

Possui cônjuge ou companheiro(a)? Não

Houve mudança de endereço? Não

Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não

Endereço: Avenida DR JOSE BONIFACIO
COUTINHO NOGUEIRA

Número: 150

Complemento: 103/105/107/108/109

Bairro/Distrito: JD MADALENA

Município: Campinas

UF: SP

CEP: 13091-611

DDD/Telefone: (19) 3115-4432

E-mail:

DDD/Celular:

Natureza da Ocupação: 01 - Empregado de empresa do setor privado, exceto de instituições financeiras

Ocupação Principal: 120 Dirigente, presidente e diretor de empresa industrial, comercial ou prestadora de serviços

Tipo de declaração: Declaração de Ajuste Anual Original

Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2016: 054340483184

DEPENDENTES

Sem informações

ALIMENTANDOS

NOME	RESIDENTE	DATA DE NASCIMENTO	CPF
VERA LUCIA OSS	No Brasil	15/02/1950	313.727.708-60

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 04.136.367/0001-98	139.479,29	6.850,56	25.222,72	9.194,48	2.288,45
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL CNPJ/CPF: 16.727.230/0001-97	33.184,10	0,00	1.188,29	1.845,02	0,00
TOTAL	172.663,39	6.850,56	26.411,01	11.039,50	2.288,45

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem informações

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017

ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO
TITULAR

(Valores em Reais)

NIT/PIS/PASEP:

RENDIMENTOS

	TRABALHO NÃO ASSALARIADO	ALUGUÉIS	OUTROS	EXTERIOR
Jan	0,00	0,00	0,00	63.725,14
Fev	0,00	0,00	0,00	294.217,44
Mar	0,00	0,00	0,00	400.657,17
Abr	0,00	0,00	0,00	204.466,34
Mai	0,00	0,00	0,00	137.649,60
Jun	0,00	674,36	0,00	129.875,80
Jul	0,00	1.012,00	0,00	124.658,44
Ago	0,00	1.012,00	0,00	502.214,56
Set	0,00	2.112,00	0,00	188.651,37
Out	0,00	2.992,00	0,00	141.866,56
Nov	0,00	2.992,00	0,00	120.932,90
Dez	0,00	2.992,00	0,00	170.695,45
TOTAL	0,00	13.786,36	0,00	2.479.610,77

DEDUÇÕES

CARNÊ-LEÃO

	PREVIDÊNCIA OFICIAL	DEPENDENTES	PENSÃO ALIMENTÍCIA	LIVRO CAIXA	DARF PAGO CÓD. 0190
Jan	0,00	0,00	0,00	0,00	16.655,05
Fev	0,00	0,00	0,00	0,00	29.901,65
Mar	0,00	0,00	0,00	0,00	109.311,36
Abr	0,00	0,00	0,00	0,00	55.358,88
Mai	0,00	0,00	0,00	0,00	36.984,28
Jun	0,00	0,00	0,00	0,00	34.846,48
Jul	0,00	0,00	0,00	0,00	33.411,71
Ago	0,00	0,00	0,00	0,00	137.239,64
Set	0,00	0,00	0,00	0,00	51.009,77
Out	0,00	0,00	0,00	0,00	38.143,95
Nov	0,00	0,00	0,00	0,00	32.387,19
Dez	0,00	0,00	0,00	0,00	31.035,20
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	606.285,16

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

01. Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, exceto médico-residente ou Pronatec, exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador, nem importem contraprestação de serviços				0,00
02. Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, quando recebidas exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas, recebidas por médico-residente e por servidor da rede pública de educação profissional, científica e tecnológica que participe das atividades do Pronatec				0,00
03. Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente				0,00
04. Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS				0,00
05. Ganho de capital na alienação de bem, direito ou conjunto de bens ou direitos da mesma natureza, alienados em um mesmo mês, de valor total de alienação até R\$ 20.000,00, para ações alienadas no mercado de balcão, e R\$ 35.000,00, nos demais casos.				0,00
06. Ganho de capital na alienação do único imóvel por valor igual ou inferior a R\$ 440.000,00 e que, nos últimos 5 anos, não tenha efetuado nenhuma outra alienação de imóvel				0,00
07. Ganho de capital na venda de imóveis residenciais para aquisição, no prazo de 180 dias, de imóveis residenciais localizados no Brasil e redução sobre o ganho de capital				0,00
08. Ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie cujo total de alienações, no ano-calendário, seja igual ou inferior ao equivalente a US\$ 5.000,00				0,00
09. Lucros e dividendos recebidos				316.194,51
Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	716.028.448-87	08.834.926/0001-94	GURUVA AGRONEGOCIOS LTDA	240.221,51
Titular	716.028.448-87	11.164.808/0001-78	ECOGRAPES AGRONEGOCIO LTDA	70.787,27
Titular	716.028.448-87	08.698.329/0001-80	NACIONAL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE FRUTAS LTDA	5.163,12
Titular	716.028.448-87	56.720.428/0001-63	INDUSTRIAS ROMI S.A.	22,61
10. Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais				13.327,86
Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	716.028.448-87	16.727.230/0001-97	FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	13.327,86
11. Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço				0,00
12. Rendimentos de cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito do agronegócio e imobiliário (LCA e LCI) e certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários (CRA e CRI)				187,15
Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	716.028.448-87	60.701.190/0001-04	ITAU UNIBANCO S.A.	187,15

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

13. Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, exceto pro labore, aluguéis e serviços prestados	0,00				
14. Transferências patrimoniais - doações e heranças	0,00				
15. Parcela não tributável correspondente à atividade rural	0,00				
16. Imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores compensado judicialmente neste ano-calendário	0,00				
17. 75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores de autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior, convertidos em reais	0,00				
18. Incorporação de reservas ao capital / Bonificações em ações	0,00				
19. Transferências patrimoniais - meação e dissolução da sociedade conjugal e da unidade familiar	0,00				
20. Ganhos líquidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores nas alienações realizadas até R\$ 20.000,00, em cada mês, para o conjunto de ações	0,00				
21. Ganhos líquidos em operações com ouro, ativo financeiro, nas alienações realizadas até R\$ 20.000,00 em cada mês	0,00				
22. Recuperação de prejuízos em renda variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário)	0,00				
23. Rendimento bruto, até o máximo de 90%, da prestação de serviços decorrente do transporte de carga e com trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e assemelhados	0,00				
24. Rendimento bruto, até o máximo de 40%, da prestação de serviços decorrente do transporte de passageiros	0,00				
25. Restituição do imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores	444.592,59				
26. Outros	5.016,15				
Beneficiário	CPF	CPF/CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Descrição	Valor
Titular	716.028.448-87	04.136.367/0001-98	FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA.	VALORES FERIAS	5.016,15
TOTAL					779.318,26

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

01. 13º salário				11.039,50
02. Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos				0,00
03. Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira				0,00
04. Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie				0,00
05. Ganhos líquidos em renda variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário)				0,00
06. Rendimentos de aplicações financeiras				92.281,93
Beneficiário	CPF	CNPJ da Fonte Pagadora	Nome da Fonte Pagadora	Valor
Titular	716.028.448-87	60.701.190/0001-04	ITAU UNIBANCO S.A.	42.357,89
Titular	716.028.448-87	00.000.000/5249-30	BANCO DO BRASIL SA	230,52
Titular	716.028.448-87	00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	38.966,83
Titular	716.028.448-87	33.479.023/0001-80	BANCO CITIBANK S/A	10.726,69
07. Rendimentos recebidos acumuladamente				0,00
08. 13º salário recebido pelos dependentes				0,00
09. Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes				0,00
10. Juros sobre capital próprio				0,00
11. Participação nos lucros ou resultados				0,00
12. Outros				0,00
TOTAL				103.321,43

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

(Valores em Reais)

01. Imposto complementar	0,00
02. Imposto pago no exterior pelo titular e pelos dependentes	50.138,79
Imposto devido com os rendimentos no exterior	710.464,42
Imposto devido sem os rendimentos no exterior	28.571,46
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal)	50.138,79
03. Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004)	0,00
04. Imposto retido na fonte do titular	26.411,01
05. Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
06. Carnê-Leão do titular	606.285,16
07. Carnê-Leão dos dependentes	0,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ do Beneficiário	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
Titular					
50	MARIA APARECIDA VIEIRA DE CARVALHO DE GODOY	726.779.709-10	123.84149.41-7	1.024,44	0,00
36	ITAU VIDA E PREVIDENCIA SA	92.661.388/0001-90		2.844,00	0,00
10	LYCURGO DE CASTRO SANTOS NETO	021.976.938-91		400,00	0,00
36	ICATU SEGUROS SA	42.283.770/0001-39		12.798,00	0,00

Alimentando: VERA LUCIA OSS

33	VERA LUCIA OSS	313.727.708-60		18.000,00	0,00
----	----------------	----------------	--	-----------	------

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
11	APARTAMENTO NO ED. CHATEAU LATOUR, LOCALIZADO NA AV. CARDOSO DE SA, 23, AP. 1602 - PETROLINA, PE. ADQUIRIDO EM 01/2008 PELO SISTEMA DE CUSTO, COM PAGAMENTOS MENSIS E PREVISAO DE CONCLUSAO EM 2012. TOTAL PAGO EM 2008 R\$ 7.000,00 DE ENTRADA E UMA PARCELA DE 16.800,00. EM 2009 FOI PAGO R\$ 50.034,61. EM 2010 FOI PAGO R\$ 61.739,44. EM 2011 FOI PAGO R\$ 73.815,77. TOTAL PAGO EM 2012 R\$ 49.387,13 105 - Brasil	258.776,95	258.776,95
12	CASA SITUADA NA RUA PASCHOAL DA BRONZO, 114 - PIRACICABA - SP. ADQUIRIDA EM MARCO/2002 DE JURANDIR GIMENEZ (CPF 129.613.968-91) 105 - Brasil	55.000,00	55.000,00
13	TERRENO URBANO LOCALIZADO A R. EDUARDO FERRAGUT, 152 - LOTE 5, QUADRA U, PORTAL - VINHEDO, SP. AREA DE 346M2 ADQUIRIDO EM 02/06/2008 DE MARIA HELENA BOLA FERRAGUT (CPF: 968.218.768-00) 105 - Brasil	138.000,00	138.000,00
13	50% DA FAZENDA RIO CLARO ADQUIRIDA DE LEOPOLDO GADELHA MALTA DE MOURA (CPF: 074.296.734-49) POR R\$ 115.000,00 E EM PARCERIA COM LUIS HENRIQUE MEIRELLES REIS (750.671.537-68) 105 - Brasil	57.500,00	57.500,00
13	50% DO TERRENO DE 1000 M2 LOCALIZADO A RUA RIO ABAIXO, S/N - CONDOMINIO SAO JOAQUIM - VINHEDO - SP, EM CONJUNTO COM TANIA MARA SAN DANIEL. CPF 447.070.379-68 ADQUIRIDO EM 14/12/2007 105 - Brasil	90.000,00	90.000,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
19	368,9 HECTARES - FAZENDA SANTA BARBARA (I), LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE SAMBAIBA, MARANHÃO. REGISTRADA SOB O N. 01-1.536 CARTORIO SAMBAIBA. ADQUIRIDA EM 16/06/2008 DE LUCIANO JOSE PIZZOLIO (CPF: 819.784.051-20) 105 - Brasil	65.000,00	65.000,00
19	FAZENDA MUNDO NOVO (II) COM AREA DE 294,59 HAS, LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE BALSAS, MARANHÃO. REGISTRADA SOB O N. R-04-3.835. ADQUIRIDA EM 01/12/2006 DE LUIS FERNANDO SARTINI FELLI (CPF 067.604.608-80) 105 - Brasil	205.000,00	205.000,00
19	FAZENDA PIRACICABA (I), LOCALIZADA EM TASSO FRAGOSO, MARANHÃO. COM 400 HECTARES REGISTRADO SOB O N. 1439 DO CARTORIO DE TASSO FRAGOSO ADQUIRIDO EM 1995 DE FRANCISCO JOSE HONAISSER (CPF 012.952.250-34) 105 - Brasil	294.000,00	294.000,00
19	FAZENDA PIRACICABA (IV) COM 272 HECTARES ADQUIRIDA EM 1995, REGISTRADO SOB O N. 1140 DO CARTORIO DE TASSO FRAGOSO EM SOCIEDADE COM LUIS FERNANDO SARTINI FELLI, CPF: 067.604.608-80, PROPRIETARIO DE 1/3 DA AREA. CUSTO DE AQUISICAO R\$ 70.000,00 105 - Brasil	70.000,00	70.000,00
19	540,52 HECTARES - FAZENDA SAO PEDRO (I), LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE SAMBAIBA, MARANHÃO. REGISTRADA SOB O N. 1941 CARTORIO SAMBAIBA ADQUIRIDA EM 29/10/2008 DE VILCEU ROBERTO PIVETTA CPF: 016.101.279-51 105 - Brasil	72.000,00	72.000,00
19	549,55 HECTARES - 50% DA FAZENDA SAO PEDRO (II) REGISTRADA SOB O N. 1942 CARTORIO SAMBAIBA, ADQUIRIDA DE JOSE ADIR PIVETTA CPF: 580.749.379-68 EM 29/10/2008 EM CONJUNTO COM LUIS FERNANDO SARTINI FELLI, CPF: 067.604.608-80. 105 - Brasil	72.000,00	72.000,00
19	348,2 HECTARES - FAZENDA SANTO ANTONIO, LOCALIZADA EM TASSO FRAGOSO, MARANHÃO. REGISTRADA SOB O N. R-27/397. ADQUIRIDA EM 18/03/2002 DE MAXIMILIANO DE ARAUJO ABBOTT (CPF 002.626.591-58) 105 - Brasil	85.000,00	85.000,00
32	30% DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA GURUVA AGRONEGOCIOS LTDA, CNPJ: 08.834.926/0001-94, DESDE 10/05/2007 (EQUIVALENTE A R\$ 30.000,00). 105 - Brasil	115.759,50	115.759,50
71	BANCO DO BRASIL - REF DI ESTILO 105 - Brasil	1.353,80	1.495,34
45	BANCO DO BRASIL - RENDA FIXA LP ESTILO 105 - Brasil	807,06	896,04
61	BANCO ITAU - CONTA CORRENTE 105 - Brasil	124.888,68	531.155,26

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
62	BANCO CITIBANK - CONTA CORRENTE - SALDO EM 31/12/2015 USD 392.387,97 E SALDO EM 31/12/2016 USD 315.598,33 249 - Estados Unidos	1.531.961,11	1.028.377,16
74	BANK OF AMERICA - MONEY MARKET - SALDO EM 31/12/2015 USD 200.470,99 E SALDO EM 31/12/2016 USD 200.470,62 249 - Estados Unidos	782.678,84	653.233,52
74	CHARLES SCHWAB - MONEY MARKET N. PA 2096-1967 - SALDO EM 31/12/2015 USD 295.311,42 E SALDO EM 31/12/2016 USD 313.772,17 249 - Estados Unidos	1.152.954,85	1.022.426,62
74	CHARLES SCHWAB - MONEY MARKET N. PA 3116-4675 - SALDO EM 31/12/2015 USD 363.391,77 E SALDO EM 31/12/2016 USD 397.424,61 249 - Estados Unidos	1.418.754,15	1.295.008,09
74	CHARLES SCHWAB - FUNDO DE INVESTIMENTO N.440015911868 - SALDO EM 31/12/2015 USD 281.127,56 E SALDO EM 31/12/2014 USD 128.745,20 249 - Estados Unidos	1.097.578,22	419.516,23
99	50% DE TRES IMOVEIS RECEBIDOS A TITULO DE HERANCA EM DECORRENCIA DO ESPOLIO DE PEDRO ZEM PORTADOR DO CPF NO: 184.742.848-72. REGISTRADOS SOB O NO DE MATRICULA 72.999 NO 10 CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DE PIRACICABA. OS IMOVEIS ESTAO LOCALIZADOS A RUA BARAO DE PIRACICAMIRIM NO 631 COM 121,4M2 DE AREA CONSTRUIDA E AS DE NO 633 (HC1 E HC2) COM 36.9M2 CADA. PROPRIEDADES NO VALOR DE R\$ 45.000,00 105 - Brasil	45.000,00	45.000,00
32	33,33% DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA ECOGRAPES AGRONEGOCIO LTDA, CNPJ: 11.164.608/0001-78 COM PARTICIPACAO NO QSA DESDE 13/07/2009. 105 - Brasil	30.000,00	30.000,00
13	DOIS TERRENOS FOREIRO LOCALIZADOS A RUA 02, QUADRA 291C, LOTES 29 E 30 DO LOTEAMENTO LUCIA HARTMANN, NO BAIRRO DE SAO LUIS EM BALSAS/MA, ADQUIRIDO EM 14/05/2010, DE TANIA MARIA GEWEHR (CPF 571.870.533-04) E ELTON RUDI GEWEHR (CPF: 274.986.620-00) POR R\$ 7.000,00 + ITBI R\$ 140,00 + EMOLUMENTOS R\$ 80,34 105 - Brasil	7.220,34	7.220,34
13	DOIS LOTES DE TERRENO NUMEROS 08-F E 08-G, DA QUADRA A, SITUADOS NO LOTEAMENTO JARDIM BOA ESPERANCA EM PETROLINA/PE. ADQUIRIDO EM 10/03/2010, DE MARILUCE DE MATOS MIALICH, CPF: 582.066.205-91 E MARCO MIALICH, CPF: 009.404.754-56. VALOR R\$ 25.000,00 CADA LOTE + ITBI R\$ 1.500,00 + EMOLUMENTOS R\$ 905,88. 105 - Brasil	52.405,88	52.405,88
13	UM LOTE DE TERRENO NUMERO 08-E, DA QUADRA A, SITUADO NO LOTEAMENTO JARDIM BOA ESPERANCA EM PETROLINA/PE. ADQUIRIDO EM 22/09/2010, DE MARILUCE DE MATOS MIALICH, CPF: 582.066.205-91 E MARCO MIALICH, CPF: 009.404.754-56. 105 - Brasil	25.000,00	25.000,00
99	EMPRESTIMO PARA CUSTEIO A EMPRESA GURUVA AGRONEGOCIOS LTDA (CNPJ: 08.834.926/0001-94) 105 - Brasil	292.710,92	292.710,92

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
99	EMPRESTIMO DE CUSTEIO A EMPRESA ECOGRAPES AGRONEGOCIO LTDA (CNPJ: 11.164.608/0001-78) 105 - Brasil	278.257,92	278.257,92
39	PARTICIPACAO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA NACIONAL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE FRUTAS LTDA, CNPJ: 08.698.329/0001-80, COM PARTICIPACAO NO QSA DESDE 21/10/2010. DURANTE O ANO DE 2011, HOVE AUMENTO DA PARTICIPACAO SOCIETARIA, QUE PASSOU DE 13% PARA 45% 105 - Brasil	715.704,29	715.704,29
13	LOTE EM PIRACICABA, NUMERO 26, QUADRA 18, LOTEAMENTO RESIDENCIAL RESERVA DO ENGENHO, BAIRRO ENCHOFRE - 12M FRENTE E 30M FUNDO. ADQUIRIDO EM 24/08/2010. VALOR DE ENTRADA R\$ 60.000,00 E 5 PARCELAS PAGAS EM 2010 DE R\$ 2.467,45 105 - Brasil	72.337,25	72.337,25
39	PARTICIPACAO NO QSA DA EMPRESA FMC QUIMICA DO BRASIL LTDA, CNPJ: 04.136.367/0001-98 DESDE 03/04/2001 E RESPONSVEL LEGAL DESDE 06/02/2002. 105 - Brasil	0,01	0,01
39	EMPRESA FMC CHEMICAL INTERNACIONAL AG., CNPJ: 05.556.999/0001-73 RESPONSVEL LEGAL DESDE 30/12/2002. 105 - Brasil	0,01	0,01
39	EMPRESA INTERMOUNTAIN RESEARCH AND DEVELOPMENT CORPORATION, CNPJ: 05.653.458/0001-63 RESPONSVEL LEGAL DESDE 02/04/2003 105 - Brasil	0,01	0,01
39	PARTICIPACAO NO QSA DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL E AGRONEGOCIOS, CNPJ: 51.963.668/0001-75. DESDE 26/04/2010 105 - Brasil	0,01	0,01
13	TERRENO NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL RESERVA DO ENGENHO, LOTE 21, QUADRA 18, COM AREA DE 360 M . ADQUIRIDO EM 16/08/2011 DE JOSE CARLOS FUSTAINO (CPF: 051.655.238-45) E DE SUA ESPOSA MARIA DE LOURDES SETTEN FUSTAINO (CPF: 032.033.728-60) POR R\$ 79.303,55. O RESTANTE DA DIVIDA SERA PAGA ATE JANEIRO DE 2013 105 - Brasil	79.303,55	79.303,55
13	TERRENO LOCALIZADO NO CONDOMINIO HORIZONTAL JARDIM DO SOL, BALSAS, MA, LOTE DE NO 084, AREA DE 875 M , AVENIDA DOS CAJUEIROS, QUADRA G. ADQUIRIDO EM 07/10/2011 DE FERNANDO DE MIRANDA BRUSANTIN (CPF: 078.842.318-59) POR R\$ 19.000,00 105 - Brasil	19.000,00	19.000,00
13	LOTE URBANO REGULAR DE NO 03 LOCALIZADO A RUA ANTONIO CARLOS JOBIM, BAIRRO SANTO AMARO, BALSAS, MA. ADQUIRIDO EM 26/10/2011 DE JEIMES ROBERTO FERREIRA DE ARRUDA (CPF: 009.921.554-36) POR R\$ 15.000,00 105 - Brasil	15.000,00	15.000,00
13	TERRENO EM PERIMETRO IRRIGADO EM PETROLINA, PE. ADQUIRIDO EM 21/10/2011 DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA (CNPJ: 00.399.857/0001-26) POR R\$ 26.473,71. 105 - Brasil	26.473,71	26.473,71

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
31	143 ACOES DA RUMO LOG ADQUIRIDAS EM 20/04/2012. VENDIDAS EM 2016 POR R\$ 1.033,56 105 - Brasil	4.674,84	0,00
31	1000 ACOES DA INDS ROMI ON NM - ADQUIRIDAS EM 14/02/2012 VENDIDAS EM 2016 POR R\$ 3.135,00 105 - Brasil	5.931,54	0,00
31	2.000 ACOES DO TEREOS ON NM - ADQUIRIDAS EM 14/02/2012. EM 2015, FORAM VENDIDAS 1960 ACOES. EM 2015, FOI FEITO O AGRUPAMENTO NA PROPORCAO DE 50 PARA 1, RESULTANDO EM 40 ACOES. ACOES VENDIDAS EM 2016 POR R\$ 2.600,00 105 - Brasil	5.569,58	0,00
31	11 ACOES DA V-AGRO ON NM ADQUIRIDAS EM 14/02/2012. ACOES VENDIDAS EM 2016 POR R\$ 140,58 105 - Brasil	743,96	0,00
41	BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONTA POUPANCA 105 - Brasil	11.735,35	0,00
21	TRATOR AGRICOLA MASSEY FERGUSON MF 250X/4F - ADQUIRIDO EM 18/07/2012 - FINANCIADO EM 6 PARCELAS ANUAIS - VALOR PAGO EM 2013 R\$ 11.250,00. VALOR PAGO EM 2014 R\$ 11.250,00. VALOR PAGO EM 2015 R\$ 11.250,00. VALOR PAGO EM 2016 R\$ 11.250,00. 105 - Brasil	44.540,09	55.790,09
13	TERRENO EM PERIMETRO IRRIGADO EM PETROLINA, PE. ADQUIRIDO EM 01/10/2009 DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA (CNPJ: 00.399.857/0001-26) POR R\$ 100.000,00 105 - Brasil	100.000,00	100.000,00
13	FAZENDA SAO LUIS GONZAGA SITUADA EM BALSAS - MA COM AREA DE 50HA - ADQUIRIDA EM 20/07/2012 DE HILDA ZANDONA GOMES (654.890.479-68) 105 - Brasil	40.000,00	40.000,00
39	APARTAMENTO CORRESPONDENTE A INTEGRALIZACAO DE CAPITAL JUNTO A PROMAV PARTICIPACOES SPE LTDA (CNPJ. 15.766.125/0001-02) - CUJOS VALORES SAO EMPREGADOS NA CONSTRUCAO DO EDIFICIO ADOLPHO BORTOLETTO. VALOR PAGO EM 2015 R\$ 51.656,00. VALOR PAGO EM 2016 R\$ 23.694,00. 105 - Brasil	157.311,00	181.005,00
74	CHARLES SCHWAB - FUNDO DE INVESTIMENTO N. 2047-5354 - SALDO EM 31/12/2015 USD 121.610,28 E SALDO EM 31/12/2016 USD 138.310,50 249 - Estados Unidos	474.790,86	450.684,76
41	CITIBANK - CONTA POUPANCA - SALDO EM 31/12/2015 USD 270.270,16 E SALDO EM 31/12/2016 USD 270.539,15 249 - Estados Unidos	1.055.188,76	881.551,82
39	APARTAMENTO CORRESPONDENTE A INTEGRALIZACAO DE CAPITAL JUNTO A VOLUNTARIOS PARTICIPACOES SPE LTDA (CNPJ. 17.512.649/0001-50) - CUJOS VALORES SAO EMPREGADOS NA CONSTRUCAO DO EDIFICIO VOLUNTARIOS. VALOR PAGO EM 2015 R\$	110.374,00	167.948,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
	PAGO EM 2016 R\$ 57.574,00		
	105 - Brasil		
13	50% DA FAZENDA TORRES III EM TASSO FRAGOSO/MA COM AREA DE 90,000HA. ADQUIRIDA DE RONALDO LINHARES QUIXABEIRA (CPF 604.793.933-38) EM 05/09/2013 POR R\$ 22.500,00 E EM PARCERIA COM LUIS FERNANDO SARTINI FELLI (CPF 067.604.608-80), EM 05/09/2013. 105 - Brasil	11.250,00	11.250,00
13	4 HAS DO TERRENO GLEBA CARAIBAS SITUADO A RODOVIA BR 230 EM BALSAS/MA ADQUIRIDO DE ROSENILDE DO NASCIMENTO OLIVEIRA (CPF 176.620.443-00), DANIEL NASCIMENTO MOURA DE OLIVEIRA (CPF 013.147.63-39), GABRIEL MOURA DE OLIVEIRA NETO (CPF 002.465.983-52), KAREN LISSIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA MOURA (903.530.803-49) E PABLO MOURA MACHADO EM 10/09/2013. 105 - Brasil	5.888,79	5.888,79
13	50% DA FAZENDA TORRES II EM TASSO FRAGOSO/MA COM AREA DE 280,00,00 HA ADQUIRIDA DE JOAO DE DEUS ASSIS (CPF 032.548.523-20) E OSMARINA PEREIRA DE ASSIS (CPF 571.862.43-04) EM 22/04/2002 POR R\$ 3.752,00 EM PARCERIA COM LUIS FERNANDO SARTINI FELLI (CPF 067.604.608-80) 105 - Brasil	1.876,00	1.876,00
45	CITIBANK - CDB/RDB 105 - Brasil	45.421,56	0,00
11	APARTAMENTO LOCALIZADO NA 3300 NE 192 ST, PH 14, FL ADQUIRIDO EM JANEIRO DE 2013 POR USD 299.000,00 SENDO USD 160.000,00 A VISTA E USD 140.000,00 FINANCIADO PELO BAC DA FLORIDA 249 - Estados Unidos	594.501,70	594.501,70
13	50% DA FAZENDA TORRE I EM TASSO FRAGOSO/MA COM AREA DE 100,00,00 HA ADQUIRIDA DE JOAO DE DEUS ASSIS (CPF 032.548.523-20) E OSMARINA PEREIRA DE ASSIS (CPF 571.861.433-04) EM 29/06/1998 POR R\$ 2.000,00 EM PARCERIA COM LUIS FERNANDO SARTINI FELLI (CPF 067.604.608-80) - BEM INADVERTIDAMENTE NAO REPORTADO NA DECLARACAO ANTERIOR 105 - Brasil	1.000,00	1.000,00
45	BANCO ITAU - OPERACOES COMPROMISSADAS 105 - Brasil	1.099.968,31	0,00
11	APARTAMENTO 402 DA TORRE 1 AQUARIUS DO RESIDENCIAL BELLA LUNA EM CONSTRUCAO, LOCALIZADO A RUA SAO MIGUEL, NO 200, BAIRRO PINHEIRINHO EM VINHEDO/SP COM AREA DE 80.3M2 E ADQUIRIDO DA ENGECON ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA (CNPJ NO 00.894.031/0001-33). VALOR PAGO EM 2014 R\$ 44.753,00. VALOR PAGO EM 2015 R\$ 61.534,76. 105 - Brasil	106.289,51	106.289,51
11	APARTAMENTO EM CONSTRUCAO DO EDIFICIO LAVINIA, LOCALIZADO A RUA JOSUE BLUMER S/NO COM AREA DE 119.8M2 ADQUIRIDO DA BF BRASIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS DE PIRACICABA/SP, CNPJ 18.507.018/0001-40 COM AS SEGUINTE CONDICOES DE PAGAMENTO: ENTRADA DE R\$ 120.911,00 EM 05/12/2014 E MAIS 14 PARCELAS DE R\$ 5.500,00 SENDO A PRIMEIRA VENCIDA E PAGA EM 30/12/2014. VALOR PAGO EM 2015 R\$ 66.000,00. VALOR PAGO EM 2016 R\$ 11.000,00	192.411,00	203.411,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
	105 - Brasil		
13	AREA DE 14 HAS (CHACARA DA ANTONIA) LOCALIZADA NA BR 230 EM BALSAS, MA ADQUIRIDA DE VALDIR ZALTRON (CPF 438.623.900-63) POR R\$ 180.000,00 E EM SOCIEDADE DE 50% COM DUANDER GUIMARAES LEAO (CPF 729.448.621-20). EM 08/08/2016, OS 50% RESTANTES FORAM ADQUIRIDOS DE DUANDER POR R\$ 60.000,00. ESCRITURADO NO CARTORIO DO 1 OFICIO E BALSAS, MA - LIVRO 207. FOLHA 116/117. 105 - Brasil	60.000,00	120.000,00
11	APARTAMENTO NO ED. CHATEAU DUVALIER (NO DE INSCRICAO: 20.542.011/0001-00) DE 61,85M2 MAIS GARAGEM, ADQUIRIDO DA ARC CONSTRUTORA PELO SISTEMA DE CONDOMINIO A PRECO DE CUSTO EM 10/07/2013 E LOCALIZADO A AV. DA INTEGRACAO, S/NO EM PETROLINA/PE SENDO PAGOS: R\$ 20.924,76 DURANTE 2013 E R\$ 39.642,39 DURANTE 2014. VALOR PAGO EM 2015 R\$ 35.680,00. VALOR PAGO EM 2016 R\$ 46.177,95 105 - Brasil	96.247,15	142.425,10
45	BANCO CITIBANK - APLICACAO AUTOMATICA 105 - Brasil	15.234,13	0,00
72	BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FIC GIRO IMEDIATO 105 - Brasil	8.089,96	0,00
72	BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FIC PREMIUM 105 - Brasil	264.541,27	0,00
41	BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONTA POUPANCA 105 - Brasil	21.957,59	0,00
39	APARTAMENTO CORRESPONDENTE A INTEGRALIZACAO DE CAPITAL JUNTO A LIVE WELL MONTES CLAROS PARTICIPACOES SPE LTDA (CNPJ 19.951.355/0001-94) - CUJOS VALORES SAO EMPREGADOS NA CONSTRUCAO DO EDIFICIO MONTES CLAROS. VALOR PAGO EM 2016 R\$ 94.212,00 105 - Brasil	56.736,00	150.948,00
02	SALA COMERCIAL 219 SITUADO NO 2 ANDAR, TORRE1 - LADO ESQUERDO DO CONDOMINIO VINHEDO PREMIUM OFFICE & MALL EM VINHEDO ADQUIRIDO EM 27/08/2015, VALOR PAGO EM 2015 R\$ 187.000,00. VALOR PAGO EM 2016 R\$ 163.766,02. 105 - Brasil	187.000,00	350.766,02
32	PARTICIPACAO DE 22,5% DA EMPRESA VINOR AGRONEGOCIOS LTDA (CNPJ 22.702.382/0001-38), COM SEDE EM PETROLINA/PE, COM CAPITAL SOCIAL TOTAL DE R\$ 100.000,00 105 - Brasil	100.000,00	100.000,00
51	EMPRESTIMO PARA A EMPRESA VINOR AGRONEGOCIOS LTDA (CNPJ 22.702.382/0001-38), NO VALOR DE R\$ 157.500,00, COM FINALIDADE DE COMPRA FUTURA DE LOTE AGRICOLA 105 - Brasil	157.500,00	157.500,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
13	DOIS TERRENOS URBANOS REGULARES DE 275 M2 CADA NO LOTE 2 E 3 DA RUA 6, QUADRA 8, LOTEAMENTO PLANALTO, BAIRRO CAETANO EM BALSAS, MA, AMBOS COM 275M2, ADQUIRIDO DE EDIANY JACKELINY VIEIRA (CPF 998.288.501-34) E DE LUIZ EDUARDO DE MORAES (CPF 014.797.441-07) PELO VALOR DE R\$ 119.700,00 TOTAL PARA AMBOS LOTERS ADQUIRIDO EM 21/12/2015 E REGISTRADO NO CARTORIO DO 10 OFICIO DE BALSAS, MA NO LIVRO 203, FOLHAS 115/116 EM 24/02/2016. 105 - Brasil	119.700,00	119.700,00
13	TERRENO URBANO DE NO 76 COM AREA DE 875M2, QUADRA F NA AVENIDA DOS CAJUEIROS, CONDOMINIO HORIZONTAL JARDIM DO SOL, BAIRRO SAO LUIS NA CIDADE DE BALSAS, MA, ADQUIRIDO DE IRON JOSE FRANCO DOS SANTOS (CPF 244.519.246-34) E DEGMAR BARBOSA DE FREITAS FRANCO (CPF 441.766.196-00) PELO VALOR DE R\$ 105.000,00 PAGOS EM 15/12/2015. IMOVEL REGISTRADO NO CARTORIO DO 10 OFICIO DE BALSAS, MA NO LIVRO 203, FOLHA 113/114. 105 - Brasil	105.000,00	105.000,00
13	LOTE DE 0,5734 HAS LOCALIZADO NA DATA VEREDA LIMPA COM FRENTE PARA A RODOVIA MA 006 DE 16M EM BALSAS/MA ADQUIRIDO DE DANIEL NASCIMENTO MOURA DE OLIVEIRA (CPF 013.147.763-39) E ROSENILDE DO NASCIMENTO OLIVEIRA (CPF 176.620.443-00) EM 12/11/2015 PELO VALOR DE R\$ 40.000,00 SENDO ESSA AREA UNIFICADA A OUTRA ADQUIRIDA ANTERIORMENTE DE 4HA. REGISTRO NO CARTORIO DE 10 OFICIO DE BALSAS/MA. 105 - Brasil	40.000,00	40.000,00
41	BANCO ITAU - CONTA POUPANCA 105 - Brasil	2.250,00	2.437,15
12	CASA DE 436 M2 CONTRUIDA NO TERRENO DE 1000 M2 LOCALIZADO A RUA RIO ABAIXO, S/N - CONDOMINIO SAO JOAQUIM - VINHEDO - SP, EM CONJUNTO COM TANIA MARA SAN DANIEL. VALOR GASTO EM 2016 R\$ 1.346.800,00. 105 - Brasil	500.000,00	1.846.800,00
45	BANCO DO BRASIL - LCA POS CDI 105 - Brasil	166.910,64	166.910,64
61	BANCO DO BRASIL - CONTA CORRENTE 105 - Brasil	4.137,05	21.837,05
73	BANCO ITAU - LETRAS CREDITO IMOBILIARIO 105 - Brasil	0,00	200.000,00
11	APARTAMENTO EM CONTRUCAO DE 158 M2 LOCALIZADO NO CONDOMINIO GALE RESIDENCE, N 1104, NA RUA RIOMAR, 2900 EM FORT LAUDERDALE, FLORIDA/USA. IMOVEL ADQUIRIDO EM 13/01/2016 POR USD 978.000,00, SENDO USD 489.000,00 PAGOS DURANTE 2016 E OS RESTANTE SERA PAGO ATE FINAL DA OBRA PREVISTA PARA FEVEREIRO DE 2018. 249 - Estados Unidos	0,00	1.593.699,90
61	BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CONTA CORRENTE 105 - Brasil	2.822,59	2.451,32

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016

72	BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FUNDO DE INVESTIMENTO 105 - Brasil	8.005,92	206.569,57
----	-----------------------------------------------------------------------	----------	------------

TOTAL		15.333.026,21	16.316.800,03
-------	--	---------------	---------------

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM		VALOR PAGO EM 2016
		31/12/2015	31/12/2016	
15	BAC FLORIDA BANK - HIPOTECA ADQUIRIDA EM 23/01/2013 POR USD 135.500,00 - SALDO EM 31/12/2015 USD 120.156,96 E SALDO EM 31/12/2016 USD 117.477,39	235.675,86	230.420,15	5.255,71
TOTAL		235.675,86	230.420,15	5.255,71

ESPÓLIO

Sem informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS

Sem informações

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAY-TRADE - TITULAR

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JAN

Sem informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - FEV

Sem informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - MAR

Sem informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - ABR

Sem informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - MAI

Sem informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JUN

Sem informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JUL

Sem informações

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAY-TRADE - TITULAR

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - AGO

(Valores em Reais)

TIPO DE MERCADO/ATIVO	OPERAÇÕES COMUNS	OPERAÇÕES DAY-TRADE
Mercado à vista - Ações	-10.010,78	0,00
Mercado à vista - Ouro	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro ativo financeiro fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Ações	0,00	0,00
Mercado de opções - Ouro	0,00	0,00
Mercado de opções - Fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Outros	0,00	0,00
Mercado futuro - Dolar dos EUA	0,00	0,00
Mercado futuro - Índices	0,00	0,00
Mercado futuro - Juros	0,00	0,00
Mercado futuro - Outros	0,00	0,00
Mercado a termo - Ações/Ouro	0,00	0,00
Mercado a termo - Outros	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	-10.010,78	0,00
Resultado negativo até o mês anterior	0,00	0,00
BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO	0,00	0,00
Prejuízo a compensar	10.010,78	0,00
Alíquota do imposto	15%	20%
IMPOSTO DEVIDO	0,00	0,00

CONSOLIDAÇÃO DO MÊS

Total do imposto devido	0,00
IR fonte de day-trade no mês	0,00
IR fonte de day-trade nos meses anteriores	0,00
IR fonte de day-trade a compensar	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) no mês	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) nos meses anteriores	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) a compensar	0,00
Imposto a pagar	0,00
Imposto pago	0,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAY-TRADE - TITULAR

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - SET

(Valores em Reais)

TIPO DE MERCADO/ATIVO	OPERAÇÕES COMUNS	OPERAÇÕES DAY-TRADE
Mercado à vista - Ações	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro ativo financeiro fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Ações	0,00	0,00
Mercado de opções - Ouro	0,00	0,00
Mercado de opções - Fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Outros	0,00	0,00
Mercado futuro - Dolar dos EUA	0,00	0,00
Mercado futuro - Índices	0,00	0,00
Mercado futuro - Juros	0,00	0,00
Mercado futuro - Outros	0,00	0,00
Mercado a termo - Ações/Ouro	0,00	0,00
Mercado a termo - Outros	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	0,00	0,00
Resultado negativo até o mês anterior	10.010,78	0,00
BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO	0,00	0,00
Prejuízo a compensar	10.010,78	0,00
Alíquota do imposto	15%	20%
IMPOSTO DEVIDO	0,00	0,00

CONSOLIDAÇÃO DO MÊS

Total do imposto devido	0,00
IR fonte de day-trade no mês	0,00
IR fonte de day-trade nos meses anteriores	0,00
IR fonte de day-trade a compensar	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) no mês	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) nos meses anteriores	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) a compensar	0,00
Imposto a pagar	0,00
Imposto pago	0,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAY-TRADE - TITULAR

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - OUT

(Valores em Reais)

TIPO DE MERCADO/ATIVO	OPERAÇÕES COMUNS	OPERAÇÕES DAY-TRADE
Mercado à vista - Ações	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro ativo financeiro fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Ações	0,00	0,00
Mercado de opções - Ouro	0,00	0,00
Mercado de opções - Fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Outros	0,00	0,00
Mercado futuro - Dolar dos EUA	0,00	0,00
Mercado futuro - Índices	0,00	0,00
Mercado futuro - Juros	0,00	0,00
Mercado futuro - Outros	0,00	0,00
Mercado a termo - Ações/Ouro	0,00	0,00
Mercado a termo - Outros	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	0,00	0,00
Resultado negativo até o mês anterior	10.010,78	0,00
BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO	0,00	0,00
Prejuízo a compensar	10.010,78	0,00
Alíquota do imposto	15%	20%
IMPOSTO DEVIDO	0,00	0,00

CONSOLIDAÇÃO DO MÊS

Total do imposto devido	0,00
IR fonte de day-trade no mês	0,00
IR fonte de day-trade nos meses anteriores	0,00
IR fonte de day-trade a compensar	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) no mês	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) nos meses anteriores	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) a compensar	0,00
Imposto a pagar	0,00
Imposto pago	0,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAY-TRADE - TITULAR

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - NOV

(Valores em Reais)

TIPO DE MERCADO/ATIVO	OPERAÇÕES COMUNS	OPERAÇÕES DAY-TRADE
Mercado à vista - Ações	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro ativo financeiro fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Ações	0,00	0,00
Mercado de opções - Ouro	0,00	0,00
Mercado de opções - Fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Outros	0,00	0,00
Mercado futuro - Dolar dos EUA	0,00	0,00
Mercado futuro - Índices	0,00	0,00
Mercado futuro - Juros	0,00	0,00
Mercado futuro - Outros	0,00	0,00
Mercado a termo - Ações/Ouro	0,00	0,00
Mercado a termo - Outros	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	0,00	0,00
Resultado negativo até o mês anterior	10.010,78	0,00
BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO	0,00	0,00
Prejuízo a compensar	10.010,78	0,00
Alíquota do imposto	15%	20%
IMPOSTO DEVIDO	0,00	0,00

CONSOLIDAÇÃO DO MÊS

Total do imposto devido	0,00
IR fonte de day-trade no mês	0,00
IR fonte de day-trade nos meses anteriores	0,00
IR fonte de day-trade a compensar	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) no mês	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) nos meses anteriores	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) a compensar	0,00
Imposto a pagar	0,00
Imposto pago	0,00

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAY-TRADE - TITULAR

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - DEZ

(Valores em Reais)

TIPO DE MERCADO/ATIVO	OPERAÇÕES COMUNS	OPERAÇÕES DAY-TRADE
Mercado à vista - Ações	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro	0,00	0,00
Mercado à vista - Ouro ativo financeiro fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Ações	0,00	0,00
Mercado de opções - Ouro	0,00	0,00
Mercado de opções - Fora de bolsa	0,00	0,00
Mercado de opções - Outros	0,00	0,00
Mercado futuro - Dólar dos EUA	0,00	0,00
Mercado futuro - Índices	0,00	0,00
Mercado futuro - Juros	0,00	0,00
Mercado futuro - Outros	0,00	0,00
Mercado a termo - Ações/Ouro	0,00	0,00
Mercado a termo - Outros	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	0,00	0,00
Resultado negativo até o mês anterior	10.010,78	0,00
BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO	0,00	0,00
Prejuízo a compensar	10.010,78	0,00
Alíquota do imposto	15%	20%
IMPOSTO DEVIDO	0,00	0,00

CONSOLIDAÇÃO DO MÊS

Total do imposto devido	0,00
IR fonte de day-trade no mês	0,00
IR fonte de day-trade nos meses anteriores	0,00
IR fonte de day-trade a compensar	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) no mês	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) nos meses anteriores	0,00
IR fonte (Lei nº 11.033/2004) a compensar	0,00
Imposto a pagar	0,00
Imposto pago	0,00



NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2018

REDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAY-TRADE - DEPENDENTES

Sem informações

DOAÇÕES DIRETAMENTE NA DECLARAÇÃO - ECA

Sem informações

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM

CPF: 716.028.448-87

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

RESUMO

TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO AS DEDUÇÕES LEGAIS

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	172.663,39
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	2.493.397,13
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL	2.666.060,52

DEDUÇÕES

Contribuição à previdência oficial e à previdência complementar pública (até o limite do patrocinador)	6.850,56
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Contribuição à previdência complementar, pública (acima do limite do patrocinador) ou privada, e Fapi	15.642,00
Dependentes	0,00
Despesas com instrução	0,00
Despesas médicas	400,00
Pensão alimentícia judicial	0,00
Pensão alimentícia por escritura pública	18.000,00
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Livro caixa	0,00
TOTAL	40.892,56

IMPOSTO DEVIDO

IMPOSTO A RESTITUIR

Base de cálculo do imposto	2.625.167,96	SALDO DE IMPOSTO A PAGAR	27.629,46
Imposto devido	711.488,86		
Dedução de incentivo	0,00	PARCELAMENTO	
Imposto devido I	711.488,86	Valor da quota	27.629,46
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	1.024,44	Número de Quotas	1
Imposto devido II	710.464,42		
Imposto devido RRA	0,00		
Total do imposto devido	710.464,42		

IMPOSTO PAGO

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Imposto retido na fonte do titular	26.411,01	Débito automático: NÃO
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00	
Carnê-Leão do titular	606.285,16	Banco
Carnê-Leão dos dependentes	0,00	Agência (sem DV)
Imposto complementar	0,00	Conta para débito
Imposto pago no exterior	50.138,79	
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00	
Imposto retido RRA	0,00	
Total do imposto pago	682.834,96	

NOME: ANTONIO CARLOS ZEM
CPF: 716.028.448-87
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

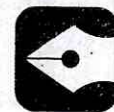
Bens e direitos em 31/12/2015	15.333.026,21
Bens e direitos em 31/12/2016	16.316.800,03
Dívidas e ônus reais em 31/12/2015	235.675,86
Dívidas e ônus reais em 31/12/2016	230.420,15

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	779.318,26
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	103.321,43
Rendimentos tributáveis - Imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

VINHEDO - SP

O PAULO
IADOTABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
DE LETRAS E DE TÍTULOS DA COMARCA
DE VINHEDO-SP
BEL. MARIA SUELI FUL
SUBSTITUTA DA TABELIÃO
Lº 320Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original que r
foi apresentada.

Petroliña, 01/06/2018 Em testº da Verdade

Emol: R\$ 2,90 TAXAS: R\$ 1,19 Total: R\$ 4,09

Antonio Jeronimo G. de Lima (Escrevente) - Selo

0074922.TV305201805.02107

Autenticado por: adauto às 08:45:02

Consulte o selo digital em: www.tpe.jus.br/selodigital

Consulte o Sinal Público em: http://www.comarcas.br

PÁGS. 315/316

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: - ANTONIO CARLOS ZEM.

Ao primeiro (1º) dia do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito (2018), nesta cidade e comarca de Vinhedo, Estado de São Paulo, em cartório, perante mim Substituta da Tabeliã que esta subscreve, compareceu como outorgante **ANTONIO CARLOS ZEM**, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 5.570.757-9-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 716.028.448-87, casado com TÂNIA MARA SANDANIEL ZEM (RG nº 38.265.200-9-SSP/SP e CPF/MF nº 447.070.379-68), sob o regime da completa, absoluta e total separação de bens, conforme pacto antenupcial lavrado no 4º Tabelião de Notas da Comarca de Campinas-SP, aos 10.12.2007, no Lº 0667, página 343, devidamente registrado sob nº 16.979 no 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí-SP, e casamento realizado aos 19.01.2008, conforme termo de casamento religioso com efeito civil transcrito sob nº 7302, às folhas 232, do Livro B-Aux.24, em 23.01.2008, no Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito da Sede da Comarca de Campinas-SP, residente e domiciliado na Rua Rio Abaixo nº 237, Condomínio São Joaquim, nesta cidade; reconhecido como o próprio por mim Substituta da Tabeliã, mediante os documentos apresentados, do que dou fé. E por ele me foi dito que por este Público Instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador **ANDERSON ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 1545518807-SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob nº 001.255.115-58, residente e domiciliado na Rua dos Gaviões nº 81, Bairro Dom Avelar, em Petrolina-PE; a quem confere poderes para representá-lo junto ao Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e junto às Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Codevasf, Distrito de Irrigação, Incra, Receita Federal do Brasil, Celpe, Compesa, Cartórios em Geral, adquirir imóveis em nome dele outorgante, podendo para tal fim, referido procurador, contratar preços e formas de pagamento, pagar importâncias devidas, exigir recibos e quitação, bem como, melhor descrição e caracterização dos imóveis, com suas medidas e confrontações, assinar as respectivas escrituras, inclusive de rerratificação e aditamento, assinar contratos e distratos em geral, concordar ou discordar com cláusulas e condições, fazer cadastramento, ITR, requerer e receber certidões, assinar formulários, requerimentos, aceitar quitações, juntar e retirar documentos, participar de licitações, responder pelo outorgante; enfim, praticar os atos necessários ao fiel



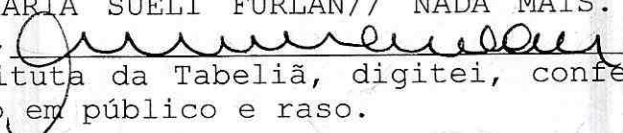
12282602252107.000037994.0

RUA DOS BANDEIRANTES 109/121 - JD BRASIL
VINHEDO SP CEP 13280-000
FONE: 19-38761049 FAX: 19-38760774

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

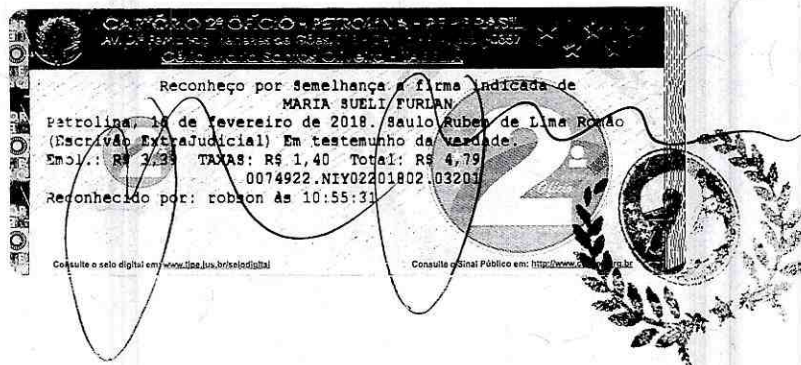
cumprimento deste mandato, o que dá por firme e valioso; sendo vedado seu substabelecimento. A presente procuração terá validade de um (01) ano a contar desta data. A qualificação do outorgado foi fornecida por declaração do outorgante, o qual se responsabiliza por qualquer incorreção. Assim o disse do que dou fé, me pediu este instrumento que lhe li, aceitou e assina. Eu, (a.) **MARIA SUELI FURLAN**, Substituta da Tabela, a digitei e subscrevi. (a.a.) ANTONIO CARLOS ZEM// MARIA SUELI FURLAN// NADA MAIS. Traslada na mesma data. Eu,  (**MARIA SUELI FURLAN**), Substituta da Tabela, digitei, conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

Em testº  da verdade



BEL. MARIA SUELI FURLAN
SUBSTITUTA DA TABELA

Ao Cartorio R\$ 130,74, Ao Estado R\$ 37,15, Ao Ipesp R\$ 25,42, A Sta. Casa R\$ 1,31, Ao Reg. Civil R\$ 6,88, Ao Trib. Justica R\$ 8,97, Imposto Municipal R\$ 2,61, Ao Ministério Público R\$ 6,27 - TOTAL: R\$ 219,35.



CODEVASF

**Ao
Presidente da Comissão (Decisão nº 147/2018)**

Encaminhamos o Doc Nº 262/2018, do Senhor Antonio Carlos Zem, para análise e instrução.

Em 01/6/2018



**Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional**